UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

COBERTURA JORNALÍSTICA DE CHACINA NA MARÉ: RECONSTRUÇÃO DO FATO OU DISCURSO DECLARATÓRIO DA OPERAÇÃO POLICIAL?

THAÍS ESPÍRITO SANTO DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

COBERTURA JORNALÍSTICA DE CHACINA NA MARÉ: RECONSTRUÇÃO DO FATO OU DISCURSO DECLARATÓRIO DA OPERAÇÃO POLICIAL?

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Bacharel em Jornalismo.

THAÍS ESPÍRITO SANTO DE OLIVEIRA

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Zilda Martins Barbosa

Rio de Janeiro
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

A474f

Espírito Santo de Oliveira, Thaís
Cobertura jornalística de Chacina na Maré: reconstrução do fato ou discurso declaratório da operação policial? / Thaís Espírito Santo de Oliveira. -- Rio de Janeiro, 2023.
61 f.

Orientadora: Zilda Martins Barbosa. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Bacharel em Comunicação Social: Jornalismo, 2023.

1. favela. 2. comunidades. 3. violência. 4. necropolítica. 5. jornalismo. I. Martins Barbosa, Zilda, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia o trabalho **Cobertura jornalística de Chacina na Maré: Reconstrução do fato ou discurso declaratório da operação policial?**, elaborado por **Thaís Espírito Santo de Oliveira**.

Aprovado por

Prof. Dra. Zilda Martins Barbosa

gov.br Documento assinado digitalmente
ALEXANDRE ENRIQUE LEITAO
Data: 20/12/2023 15:48:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Alexandre Enrique Leitão

gov.br Documento assinado digitalmente
PEDRO BARRETO PEREIRA
Data: 22/12/2023 12:31:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Pedro Barreto Pereira

Grau: 10

Rio de Janeiro, no dia 13/12/2023

Rio de Janeiro

2023

Dedico aos meus avós, Joselina e Arquimedes, que não deixaram que eu parasse de caminhar. À minha irmã, Esther, que tem sido o meu combustível desde que nasceu, em 2016. E à minha mãe, que esteve comigo em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Há um provérbio africano que significa “eu sou porque nós somos”. A palavra Ubuntu reúne a minha trajetória. Eu aprendi a ler em casa porque minha avó materna tinha a vontade de lecionar e acabou por me alfabetizar. Conheci de perto o valor da dignidade, vendo minha mãe sair às 4h de casa para trabalhar todos os dias, fizesse chuva ou sol. Ao meu amor, Esther, que atende pelo adjetivo de irmã, obrigada por existir. Neném, você revolucionou minha vida.

Descobri que a caminhada é mais divertida ao lado de amigos, tantos que fiz na Escola de Comunicação durante os cinco anos em que estive nela. Alguns caminharão comigo até o fim da trajetória da vida, outros foi bom tê-los até aqui. Sou grata da mesma forma. Ao meu namorado, e anseio que futuro marido, sou totalmente grata por me suportar durante a fase mais crítica: a escrita do TCC. Aguentou todas as minhas crises e me disse que ficaria tudo bem, que as coisas dariam certo. Você é um companheiro e tanto, me mostrou que é possível ser forte, independente, e ter uma coluna ao mesmo tempo.

Nunca poderia faltar a gratidão aos meus professores. Zilda, você me emprestou sua calma e generosidade durante essa jornada. Também foi muito solidária ao enxergar meu cansaço e fragilidade, sou eternamente grata por ter encontrado alguém tão humano. A professora Cristiane Costa, por todo o carinho e acolhimento na minha chegada à UFRJ. Você fez eu acreditar que o jornalismo também era para mim.

Emicida tem um verso que diz: “quem costuma vir de onde eu sou, às vezes não tem motivos para seguir. [...] Mas eu sei que vai, que o sonho te traz coisas que te faz prosseguir”. Essa é a verdade de muitos dos meus pares, que saem de uma realidade inóspita em busca de um sonho, que parece inalcançável. O sonho da minha bisavó, dona Maria das Dores Leal, era me ver de beca. Ela faleceu antes mesmo que eu me formasse no Ensino Médio. Sua falta será para sempre sentida, e o seu legado honrado. Te amo daqui a eternidade.

Aos vagões da Supervia, agradeço pela companhia durante as leituras e estudos para a confecção deste trabalho. Foi ao som dos ambulantes, avisos sonoros dos erros técnicos das composições e os burburinhos de passageiros que estudei. Um ambiente nada tranquilo, mas foi o que era possível durante as 5 horas diárias de transporte urbano para chegar ao trabalho e à universidade.

Por último, agradeço por não ter desistido. Toda essa gama de pessoas me impulsionam até aqui, mas foi minha fé em mim mesma que me fez permanecer. Sou apenas a primeira da família a ingressar em uma faculdade federal, e espero ter aberto portas.

OLIVEIRA, Thaís Espírito Santo de. **Cobertura jornalística de chacina na Maré: reconstrução do fato ou discurso declaratório policial?** Orientador(a): Zilda Martins Barbosa. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2023.

RESUMO

O presente trabalho foi dedicado a pensar o jornalismo hegemônico e sua relação com a violência urbana, levando em consideração fatores sociais e territoriais. Como a mídia cobre acontecimentos em favelas do Rio e qual o discurso sobre as populações locais? Para compreender a questão, analisamos reportagens publicadas no jornal Extra sobre a operação policial que deixou sete mortos no Complexo da Maré em setembro de 2022. A hipótese é de que as coberturas jornalísticas tendem a criar verdades únicas sobre populações faveladas. Teoricamente, esse TCC ancora-se em conceitos de necropolítica, de Achille Mbembe, e sujeição criminal, de Michel Misse. A metodologia aplicada será o estudo de caso, a partir da análise de três matérias do referido jornal na data da operação policial e nos dois dias subsequentes. Por fim, foi concluído que a mídia hegemônica naturaliza mortes ocorridas em favelas cariocas.

Palavras-chave: favela; comunidades; violência; necropolítica; jornalismo.

SUMÁRIO

1. Introdução 1

2. Contexto sobre as comunidades cariocas 5

2.1. O capoeira, o malandro e o suspeito: a linha histórica do homem preto nas favelas 7

2.2. O que é sujeição criminal e o ser matável? 12

2.3. A história do Complexo da Maré 16

3. Operações policiais e a representação da violência 22

3.1. A chacina da Maré 23

3.2. Mídia, naturalização da violência e estereótipo 27

3.3. A verdade única do jornalismo nas coberturas sobre violência em favelas do Rio 33

4. Análise das reportagens 39

4.1. O dia do caos: o início da operação policial e seus desdobramentos pela cidade 39

4.2. O luto: a versão da família para um dos mortos da chacina 42

4.3. A publicização da dor: a cobertura do sepultamento do homem morto na chacina 45

5. Considerações finais 48

6. Referências bibliográficas 50

1. Introdução

Uma trajetória marcada por tiroteios, explosões de bombas, cerceamento do ir e vir e, muito frequentemente, da chamada bala perdida. É assim que muitas pessoas que moram em comunidades do Rio de Janeiro se sentem ao longo da vida. Vida essa que muitas vezes é interrompida por um disparo de arma de fogo.

Não somente o medo da violência armada, os moradores de favelas enfrentam, diariamente, a violação de direitos humanos, como a falta de acesso à saúde e à educação. Estes são serviços básicos, mas que têm seus funcionamentos interrompidos pelos frequentes tiroteios e a população ainda lida com a falta de investimentos governamentais.

No fim de uma madrugada que seria comum no Complexo da Maré, um fim de baile se tornou um pesadelo para os que tinham ido ao local se divertir. Policiais do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar realizaram uma incursão no local, e uma intensa troca de tiros deixou cinco homens mortos, além de outras pessoas feridas, naquele mesmo lugar onde antes acontecia uma festa. A operação durou o resto do dia, e diversos direitos humanos foram negados a essa população, como será visto neste estudo. Além dos feridos, 26 homens foram presos. Por fim, o número de mortes aumentou, totalizando sete vítimas.

Uma testemunha, que terá a identidade preservada nesse trabalho, conta que foi arrastada no chão após a polícia entrar. Ela tentava escapar do local quando caiu, e além de ser pisoteada, teve cicatrizes pelo corpo, indicando que tinha sido puxada e arrastada quando já estava caída.

O presente trabalho de conclusão de curso terá como pretensão analisar três reportagens publicadas no jornal Extra sobre essa operação policial que deixou, ao todo, sete mortos no Complexo da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro, no dia 26 de setembro de 2022.

O foco da análise será a cobertura jornalística do episódio, em especial sobre a morte do vendedor José Henrique da Silva, que a família luta para provar a inocência. Para tanto, bases teóricas serão utilizadas, a fim de compreender o discurso jornalístico sobre as populações faveladas. Qual a participação da mídia na criação de estereótipos? Respeita as subjetividades ou constrói discursos? Nossa hipótese é de que as coberturas jornalísticas tendem a criar verdades únicas ao banalizar mortes ocorridas em territórios de favelas, sendo sua maioria jovens pretos.

Teoricamente, este trabalho terá como fundamento estudos de autores de teses sobre a violência no Brasil, desde o período escravocrata, há alguns séculos. Leva em conta ainda

análises que abordam o pensamento engessado e os perigos da narrativa de uma história única.

São estudos que além de analisar o lugar do negro na mídia hegemônica, ressaltam a construçao da invisibilidade e os reflexos do preconceito no cotidiano da população, principalmente na vida de pessoas negras brasileiras.

Este trabalho também será ancorado nos conceitos de necropolítica, e sujeição criminal e o ser matável. Autores que serão trabalhados nesta pesquisa vão contribuir com a análise que busca identificar se pessoas racializadas que vivem em territórios mais pobres e com menos acesso a direitos humanos são negligenciadas ou descartáveis para governantes. E que políticas são direcionadas para esses locais: políticas públicas ou políticas de morte.

Sobre as rotinas de produção jornalística, vamos relembrar as principais teorias da comunicação e as seleções do que é noticiável. Os critérios de noticiabilidade passam por uma cadeia de informações e um sistema entre chefias, editores e repórteres dentro das redações brasileiras. É um processo que envolve repertório sócio-cultural e alinhamento com o editorial de cada veículo.

O objetivo é compreender como os moradores dessas zonas de conflito são retratados na mídia hegemônica. Neste estudo de caso, primeiramente o vendedor de bebidas foi reportado como criminoso, integrante do tráfico de drogas que domina a região. Será visto o que prevaleceu naquele momento: a realidade concreta, a narração do fato ou o posicionamento oficial da Polícia Militar.

Vamos tentar entender a prática recorrente dentro do jornalismo, e se a narrativa de fatos sobre a violência urbana no Rio de Janeiro é construída a partir de uma só ótica. Se sim, se esse ponto de vista tem responsabilidade social para o combate à violência ou se, ao contrário, contribui para a sua naturalização.

A metodologia do estudo de caso será aplicada a partir do mapeamento de reportagens publicadas no Jornal Extra do dia 26 de setembro de 2022, sobre a operação policial no Complexo da Maré que deixou sete mortos. Será feita análise de três reportagens na data da operação policial, e nos dois dias subsequentes. A delimitação foi feita focada no personagem José Henrique da Silva, e sua presença na mídia e cobertura do fato.

Depois da introdução do trabalho, vem o segundo capítulo, que se chama Contexto sobre as comunidades cariocas, e tratará sobre a linha histórica da estigmatização do homem negro no Brasil, além de estudar o que seriam os seres que são considerados matáveis em uma visão estatal. Ainda neste capítulo, será feito um breve estudo da história do Complexo da Maré, a fim de explicar como surgiu um dos maiores conglomerados de comunidades do país,

e também ver como são os moradores desse local para responder a uma questão: a mídia retrata fielmente a trajetória dessas pessoas ou há um estereótipo veiculado?

O terceiro capítulo, Operações policiais e a representação da violência, busca cada passo da chacina da Maré, para além do que foi noticiado na mídia tradicional, com o uso de uma testemunha, por exemplo. Também serão feitos estudos da mídia e seus impactos, como ela influencia a opinião pública e pode até gerar políticas dentro de uma democracia.

Na mesma linha de estudo, autores serão consultados para analisar se o trabalho midiático impacta na naturalização da violência e de mortes de pessoas pretas e pobres, em territórios conflituosos. O processo de criação de estereótipos será estudado para melhor compreensão. Será analisado se o jornalismo produz verdades únicas sobre as operações policiais ao dar mais relevância aos posicionamentos institucionais.

O quarto capítulo traz a Análise das reportagens e a primeira matéria analisada trata do dia da operação, que feriu outras oito pessoas, e impactou a rotina dos moradores e de pessoas que passavam pelas vias expressas que margeiam o conglomerado de favelas.

A segunda conta a versão da família de um dos mortos pela polícia naquele dia. O órgão dizia que a vítima era criminosa, e que teria morrido enquanto atirava contra os policiais. Mas a família contesta a informação e afirma que José Henrique da Silva estava trabalhando no local do crime. Naquele dia, a polícia tinha entrado na comunidade enquanto acontecia um evento de música, e muitas pessoas se feriram ali. A terceira e última matéria trata da cobertura do enterro do homem. As três reportagens totalizam o período de três dias, entre início dos fatos e sepultamento de uma das vítimas da chacina.

O termo chacina será usado nesse trabalho, seguindo a definição do Fogo Cruzado de que é denominada chacina toda ocorrência violenta com três ou mais mortos, sendo este caso uma chacina policial.

Dados, trabalhados neste estudo, mostram que a Polícia Militar do Rio de Janeiro matou mais de 1,3 mil pessoas no ano de 2022. Somente no Complexo da Maré, foram 39 mortes por armas de fogo no mesmo período, sendo 27 deles feridos pela polícia. Esse número representa um aumento de 145% no número de mortes em operações policiais no conjunto de comunidades nos últimos três anos.

O complexo da Maré conta com cerca de 140 mil habitantes, e as três favelas mais populosas do complexo são: Parque União, Vila dos Pinheiros e Nova Holanda, respectivamente. A Vila dos Pinheiros foi o palco dessa incursão do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar que será estudada aqui.

Estudos como esse são importantes para a evolução do fazer jornalístico aliado à luta pela garantia dos direitos humanos, e principalmente, para moradores das favelas cariocas, que vivem uma realidade de caos e insegurança. O jornalismo, como agente mobilizador social e político, deve ser pensado como uma ferramenta aliada à evolução. Portanto, jornalistas mais humanitários podem ser a chave para essa trajetória.

Vale ressaltar que como uma jornalista negra e periférica, o questionamento sobre esses temas são latentes à minha própria pele. Durante a minha jornada acadêmica, eu me propus a crescer como uma profissional que poderia trazer outra visão sobre as favelas, e começar questionando como o nosso atual trabalho pode contribuir para um jornalismo mais reflexivo e assumir sua responsabilidade social com os mais pobres e vulneráveis.

2. Contexto sobre as comunidades cariocas

O Rio de Janeiro, na condição de antiga capital do país, teve intensa movimentação financeira, expansão de metrópoles e migração de brasileiros em busca de melhores oportunidades de emprego e ascensão socioeconômica. Nesses termos, muitos trabalhadores se fixaram em periferias, construções irregulares e nas conhecidas cabeças de porco[1], onde famílias mais pobres costumavam morar para ficar próximas aos centros comerciais e ter acesso a melhores oportunidades de trabalho. Por conta disso, o Rio de Janeiro acabou se tornando uma cidade com multiplicidade de comunidades.

A primeira favela brasileira foi a que hoje é conhecida como Morro da Providência, localizada na região central da cidade fluminense, como aponta a pesquisa de Pereira (2020) sobre as comunidades cariocas. Também chamada de Morro da Favela, surgiu ainda no final do século XIX com o fim da Guerra de Canudos e se expandiu no início do século seguinte.

> Há duas versões para a origem do nome: a primeira remete à planta *favella*, encontrada tanto no município baiano de Monte Santo como no morro carioca; a segunda diz respeito à brava resistência imposta pelos combatentes de Antônio Conselheiro ao cerco das tropas da República. (PEREIRA, 2020, p. 58)

O Complexo da Rocinha, localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro - área privilegiada economicamente - foi por muitos anos considerado o maior complexo de favelas do país. De acordo com o Censo de 2022, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), agora o status de maior complexo de favelas pertence ao Sol Nascente, que fica na atual capital brasileira, Brasília (IBGE, 2023).

Ainda segundo o IBGE (2010), em um levantamento com dados de 2009, o Rio tinha 763 favelas na cidade e essas abrigavam 22% da população carioca. Os dados afirmam que a capital fluminense é o município com a maior população habitando em favelas no Brasil, com 1.393.314 habitantes. Números mais atuais não haviam sido divulgados durante esta pesquisa.

Esses números revelam para além de uma característica demográfica, mas também o cerne da formação fluminense e mostram que é necessário entender como essas populações vivem e são afetadas atualmente. O estudo de Pereira (2020) conta que desde o início dessas comunidades, o morador é tratado com preconceito e repressão policial. A pesquisa do autor

---

[1] O termo “cabeça de porco” é comumente usado como sinônimo de moradia coletiva e insalubre. Disponível em: https://museudoamanha.org.br/pt-br/cabeca-de-porco-o-maior-cortico-da-historia-do-rio#:~:text=O%20termo%20%E2%80%9Ccabe%C3%A7a%20de%20porco,entre%20outros%20motivos%2C%20pela%20persist%C3%AAncia. Acesso em 23 de outubro de 2023.

mostra que o governo direciona diversas políticas repressivas, e até persecutórias a essas populações e que cria gerências de morte.

Magalhães (2021), ao analisar o funcionamento das operações policiais no Rio de Janeiro, sustenta que "a morte se torna o horizonte de governo" e que a consolidação da militarização é um dos pilares para a realização do que ele chama de "necrogovernança" (VIANNA *apud* MAGALHÃES, 2021, p. 2).

Para Magalhães (2021), a gestão da ordem e do controle social no Rio de Janeiro é feita através da violência armada, com foco no aparato policial e nas diretrizes governamentais acerca das favelas.

> Todas estas experimentações biopolíticas ao longo do tempo, de alguma forma, prepararam o terreno político e social no qual a guerra se transforma – seguindo Mbembe, se atualiza – no modo mesmo de governo populacional, a medida a partir da qual se traça a linha entre o excluído e o incluído, o dentro e o fora, aqueles e aquelas que pertencem a uma "humanidade comum" e os que deixam de participar dela, postos no âmbito da natureza, localizados à meia distância de uma cidadania tornada impossível de se realizar e alcançar. (MAGALHÃES, 2021, p. 2-3)

Magalhães (2021) utiliza do termo "guerra" para dizer que a violência é um dispositivo utilizado pelos governos no Rio de Janeiro.

> Não se trataria mais ou apenas de um conjunto de representações que interpelariam determinadas práticas tidas como violentas (em geral associadas às favelas e seus moradores), mas de um modo mesmo de gerir e governar. [...] Estamos lidando com a produção de um modelo colonial de organização e gestão da vida urbana. (MAGALHÃES, 2021, p. 3)

Enquanto isso, o complexo de favelas da Maré começou a ser ocupado há mais de 80 anos e frequentemente é alvo de violentos tiroteios, incursões policiais e mortes precoces por armas de fogo.

Pesquisas feitas pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (2023) mostram ainda que a saúde dos moradores de comunidades que enfrentam confrontos armados com a presença de policiais é afetada e que muitos relatam insônia prolongada, ansiedade e depressão. O cotidiano de violência impacta também a economia das favelas, uma vez que trabalhadores frequentemente perdem dias de serviço por serem impedidos de sair para o trabalho.

Esse capítulo vai tratar a temática da violência na favela a partir da teoria de Michel Misse (2008), na qual o autor entende que os governos escolhem os indivíduos que podem ou não ser mortos através dos territórios e ocasiões em que se encontram, além do fator da cor da pele, que Sodré (2023) afirma ser um fator de divisão no Brasil.

2.1 O capoeira, o malandro e o suspeito: a linha histórica do homem preto nas favelas

Muitos pesquisadores se propõem a estudar as relações entre negros, pobres e aristocracia ou a polícia na história do Brasil, principalmente no Rio de Janeiro. A cidade é historicamente relevante para a economia brasileira, por já ter sido capital do país e um dos principais produtores agrícolas no Brasil-colônia.

Após a abolição da escravatura, o Estado burguês entendeu que era necessário "instituir dispositivos distintivos de manutenção dos privilégios da elite econômica, e, também, controlar a imensa população negra e livre que poderia, de alguma forma, abalar a estrutura social vigente" (PEREIRA, 2020, p. 39). Para que os negros fossem controlados, sistemas de coerção e preconceito passaram a ser impostos a essa população.

Pereira (2020) analisa que essa necessidade de controle nasce a partir do que ele cita como sendo o "medo branco". Entende-se que há uma disparidade do outro ser que lhe ameaça de alguma forma, como se aquele outro apresentasse um risco iminente e uma ameaça à norma vigente apenas por existir.

> A própria abolição da escravatura teve como um de seus argumentos o 'medo branco', que levou ao que Vera Malaguti Batista (2003, p.187) denomina de 'abolicionismo de resultados', ou seja, a noção de que, devido à já imensa população negra em condições de escravidão, o contínuo tráfico de escravos pudesse transformar o Brasil em uma nova África e a elite branca viesse a sofrer com uma eventual violência generalizada imposta por esse enorme contingente de pessoas escravizadas, revoltadas, descontroladas e organizadas, o que jamais se consumou. A partir de então, além da implantação de medidas que incentivassem a imigração da população branca europeia, de forma a 'embranquecer' o país, duras estratégias de controle foram impostas 'sobre aqueles setores que estavam potencialmente a ponto de rebelar-se e implantar a desordem e o caos'. (BATISTA *apud* PEREIRA, 2020, p. 43)

Pereira (2020) lembra que naquele período tornou-se necessário a afirmação da ideologia burguesa e sua dignificação através do trabalho. Para tanto, foi criada uma lei que criminalizava quem estivesse ocioso, à toa. Pereira (2020) observa que a lei, que vigorou até as primeiras décadas do século XX, garantia a prisão de grupos de homens pretos que andassem juntos, ou até mesmo separados em locais e horários não permitidos pela legislação.

Nessa época, um grupo de resistência negra era conhecido como os capoeiras. No último século da colonização portuguesa, segundo Soares (2008) a capoeira era usada como uma forma de resistência aos senhores e ao Estado escravista. No entanto, Soares (2008) explica que os próprios escravocratas viram uma boa oportunidade nos grupos que ficavam pelo Rio de Janeiro e eram habilidosos na arte da capoeira

> Passa a ser vista como instrumento de dissuasão dos conflitos internos dentro da própria camada escrava urbana. De brincadeira gerada em oposição ao trabalho servil e degradante (vadiagem), passa a ser vista como elemento indispensável no controle por escravos e negros libertos do ambiente de rua, um verdadeiro poder paralelo, em que vendedores ambulantes e negros de ganho (escravos que vendiam mercadoria ou serviços no espaço público) controlavam o comércio informal da cidade colonial. (SOARES, 2008, p. 47)

Dessa forma, como descreve Soares (2008), a elite usa os grupos de capoeira para o controle urbano por conta das ágeis habilidades de combate dos homens. Cria-se então grupos de poderes paralelos na cidade.

Formados por homens negros, esses bandos seguiam ordens da elite e dos aristocratas e comumente se envolviam em violentas brigas.

> Os capoeiras sorviam esse clima político, passando a agir como monarquistas empedernidos, açulados por políticos por suborno, cumplicidade e impunidade frente aos desmandos da justiça e da polícia dos brancos. Assim, forjou-se essa estranha aliança: nos dias ordinários, os capoeiras dominavam as ruas, intimidando rivais, achacando vendedores, protegendo escravos fugitivos, fazendo pequenos furtos, desafiando a ordem policial com suas maltas (quadrilhas), gozando de proteção de seus patronos políticos, para garantir sua escapada das celas em caso de algum policial desavisado tê-los prendido. (SOARES, 2008, p. 49)

Por fim, até políticos foram colocados no poder com a ajuda dos Capoeiras, o que acabou por criar o Partido Capoeira, que "expressava interesses imediatos de grupos urbanos marginalizados e trabalhadores, o repúdio aos políticos mais aferrados ao sistema escravagista e, também, uma clara identidade racial" (SOARES, 2008, p. 50). No entanto, o envolvimento em brigas estigmatizou os grupos capoeiras e, consequentemente, os homens negros. Ao fim do século XIX, um projeto político pôs fim aos capoeiras e tornou crime o exercício da arte (SOARES, 2008).

Justamente no momento em que um novo imaginário ia crescendo nos subúrbios cariocas: o do malandro. O autor diz que "a personificação da figura do malandro se tornaria uma categoria social no processo de constituição do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro" (NEDER *apud* PEREIRA, 2020, p. 45).

Pereira (2020) afirma que o malandro surge como uma figura oposta ao trabalhador, e diferente do capoeira, ele não costuma andar em bando. Sempre muito bem arrumados e alinhados, os malandros eram comumente vistos nas ruas da Lapa ou do Estácio.

Essa também era uma figura temida. Batista (2003) traz uma explicação sobre a origem do medo e como ele foi difundido entre as sociedades. Com esse propósito, ela

remonta ao cenário europeu em um contexto de fome e desemprego. Para a autora, ali a sociedade conheceu o medo do pobre.

> O medo explica a ação persecutória conduzida pelo poder público-religioso. As fórmulas de confinamento "saneiam cidades", diminuem os "perigos de contágio", têm alcance moral. O sentido geral dessa estratégia é disciplinar populações, produzindo alinhamentos. Tudo isso para descobrir-se ao final do século XVII um erro parcial de diagnóstico. O medo fora maior do que a ameaça. (BATISTA, 2003, p. 45)

Batista (2003) acaba por concluir que as sociedades criam formas de repressão à suposta ameaça antes mesmo que ela ofereça algum risco real e, por isso, o sentimento de medo termina por ser desproporcional às ameaças.

Pereira reforça que "o trabalho deve ser representado como o único meio possível de existência naquela sociedade capitalista em formação. Antagonista do trabalhador, portanto, o malandro é imediatamente associado à marginalidade" (PEREIRA, 2020, p. 45).

Tanto o capoeira quanto o malandro foram personagens importantes na narrativa de criação do medo do Outro na sociedade brasileira, com foco no Rio de Janeiro, que à época ainda se tratava da capital do país.

> O resultado desse longo e complexo processo de legitimação jurídica e discursiva foi a marginalização de um determinado perfil de indivíduos, que serviu como regra geral para todo o território nacional. Dá origem ao antagonismo "trabalhador" *versus* "malandro", ou suas personificações. (PEREIRA, 2020, p. 46)

Segundo Pereira (2020), essas duas figuras vão dando lugar a uma terceira, que continua na função de ser o inverso do trabalhador honesto. Misse (2006) corrobora com essa versão, e analisa a situação contemporânea do imaginário social.

> A oposição entre malandros e trabalhadores ou homens sérios, que marcou o início do século, transferiu-se, com novas dimensões, para a oposição entre trabalhadores pobres e humildes versus bandidos ou marginais e, atualmente, para a oposição entre trabalhadores honestos versus bandidos, traficantes ou vagabundos. (MISSE, 2006, p. 122)

Para os autores, o trabalho da imprensa teve influência na evolução dessas representações. Misse diz ainda que "o rótulo entrou definitivamente na imprensa, como principalmente negro ou mulato, cachaceiro e maconheiro, organizado em grupos" (MISSE, 2006, p. 140). Pereira explica que essas figurações são vistas como seres inerentes ao crime. "Já no século XX, sai de cena o malandro e ganha vida como o outro do trabalhador, do cidadão de bem, do contribuinte de impostos ao Estado, o bandido ou aquele sujeito 'matável', cujo crime está inscrito de maneira indelével em sua alma" (PEREIRA, 2020, p. 33).

No entanto, o autor diz que

> Discursos proferidos pelos meios de comunicação tiveram e continuam tendo função estratégica. Não apenas para o disciplinamento dos indivíduos a quem se deseja conter, mas também para justificar medidas, muitas vezes violentas, discricionárias e arbitrárias, contra esses mesmos indivíduos. (PEREIRA, 2020, p. 43)

Segundo Pereira (2020), a mídia ajuda a convencer o seu público de que essas personificações são verdadeiras ameaças para a sociedade e produzir o preconceito com certo segmento da sociedade, o que culmina no "medo branco", anteriormente citado por Pereira (2020, p. 43). A figura do capoeira e do malandro é vista diretamente no homem preto, reproduzindo no imaginário social que a ameaça é inerente à raça.

Magalhães (2021, p. 7) entende que, hoje, esse Outro é visto como o Outro da cidade. "A imagem do medo localiza-se no corpo favelado e em seus locais de moradia." Para Magalhães (2021), o medo branco continua presente e se materializa na questão moral das favelas cariocas.

Não obstante, o Outro para Pereira (2020) e Misse (2008) configura um ser que é entendido como matável, cujo conceito veremos mais adiante neste capítulo. Preliminarmente, Pereira (2020) se apoia em Bauman para dizer que a civilização que escolhe eliminar a liberdade em detrimento da segurança vai garantir mecanismos de disciplinamento que legitimam práticas contra a própria sociedade.

A partir da segunda metade do século XX, o cenário é dominado pela figura do marginal. Misse (2006) garante que esse não é um distintivo criado pelos próprios favelados, mas sim dos ditos moradores do asfalto, como são chamadas pessoas de fora das favelas.

> O marginal não é, de início, um rótulo local, partido das comunidades faveladas, mas um rótulo externo, do asfalto, indistintamente aplicado também ao malandro. A lenta passagem, a partir dos anos 30, do gatuno para o assaltante armado, do malandro e do valente tradicionais para o marginal, da arma branca para a arma de fogo, a ação em grupo substituindo a ação individual, o nervosismo e o revólver substituindo a astúcia e a navalha, atinge maior visibilidade nos anos 50. (MISSE, 2006, p. 139)

Ademais, Misse (2006) teoriza que essas novas figuras não são de fato novidade, mas sim metamorfoses das figurações anteriores acrescidas de algumas características.

> Seus tipos sociais são crescentemente metamorfoseados em novos tipos, que sintetizam sintomaticamente os significados dos tipos anteriores, acrescentando-lhe novas doses (que serão progressivamente crescentes) de organização e de violência: são os vagabundos, rótulo que se aplica indiferentemente ao traficante, ao assaltante, ao pivete, ao sequestrador. (MISSE, 2006, p. 147)

Essas mudanças no imaginário não são apenas nominais, mas se dão na percepção do medo e suas formas de enfrentamento. Para Pereira (2020, p. 61), a partir disso, a favela que antes era vista como um local carente, passa a ser narrada como uma "fonte de criminalidade". Tal posicionamento concorda com a ideia de que as comunidades são vistas como o Outro das cidades modernas

> A representação da favela como o Outro da cidade formal aplica-se da mesma forma à representação de seus moradores, estigmatizados como habitantes do local onde supostamente abunda a violência [...] Em outras palavras, ao mesmo tempo que se cria a representação do morador da favela, cria-se a de seu Outro, o morador, por assim dizer, do 'asfalto'. (PEREIRA, 2020, p. 61)

Portanto, o marginal ou bandido passa a ser entendido como o sujeito que integra uma particularidade e delitos fora da lei, como o vendedor de drogas, o assaltante ou sequestrador. Diferente dos malandros que apenas usavam facas ou canivetes, o bandido porta armas de fogo, que tem capacidade letal muito superior.

Não só a visão das favelas fica abalada, mas também a relação entre moradores e policiais, que acaba pautada por uma tradicional de desconfiança, que vem desde os capoeiras. Misse (2006) relembra estudos recentes que apontam que há incidência de racismo nas decisões judiciais, mas que há uma carência de pesquisas que levem a pensar sobre o impacto do racismo em perseguições e detenções policiais. Para o autor, essa desconfiança entre cidadão-policial tem cunho racial.

O teórico enfatiza que "a designação criminal de um indivíduo ou grupo ou de suas ações potenciais e, portanto, os estereótipos, os elementos culturais e os roteiros-típicos que constroem socialmente a potencialidade criminal de alguém" (MISSE, 2006, p. 56).

O indivíduo que é criado socialmente como um suspeito passa pelas questões históricas tratadas neste capítulo. Os estudos citados dão conta que a criação da sujeição do suspeito não é algo somente da contemporaneidade, mas sim que vem de gerações anteriores. Pereira estuda que a criação do ser social do suspeito é impulsionada pelo comércio varejista de entorpecentes. Para ele, o tráfico de drogas é apontado midiaticamente como o principal causador de violência do Rio de Janeiro.

> A favela tende a ser vista como um território 'sem controle', onde imperam as ordens de traficantes armados que não respeitam a autoridade do Estado. As ações violentas praticadas pelos agentes policiais são justificadas como um 'mal necessário' com o objetivo da 'pacificação' de determinadas áreas da cidade. (PEREIRA, 2020, p. 148)

Já no século XXI, a criminalidade passa a ser reprimida pelo Estado com mais violência, armas de fogo e técnicas de guerra e combate.

As incursões policiais comumente terminam com expressivos números de mortos ou feridos, e muitas vezes não é questionada a dinâmica em que essas pessoas são baleadas. Para Pereira (2020, p. 149), a sociedade entende que enquanto essas operações forem feitas em favelas, os danos colaterais continuarão sendo entendidos como inevitáveis e um caminho para que se alcance a "segurança pública".

2.2 O que é sujeição criminal e o ser matável?

Os teóricos postulam que após a escravidão no Brasil, os negros foram imputados de políticas, de certa forma, separatistas e discriminatórias. Não que no país tenha acontecido algo como o Apartheid, mas Sodré (2023) diz que a separação no Brasil é feita por cor, e que basta o tom da pele para que um sujeito sofra discriminação ou seja preterido em relação a outro.

Azevedo e Barbosa (2019) analisam que, com o passar dos anos no século XX, foi entendido que só existia uma raça, a humana. Contudo, a discriminação saiu do âmbito do biológico para o social. Surge então um movimento chamado de democracia racial, que argumentava que no Brasil não havia racismo e que aqui éramos iguais, porque havia uma mistura de raças.

A teoria caiu por terra algumas décadas depois, e as autoras dizem que "já não era possível dissociar racismo de raça, sob o ponto de vista social, por ter despertado no imaginário a ideia de inferioridade, desqualificação e inumanidade da pessoa negra" (AZEVEDO; BARBOSA *apud* FREYRE, 2019, p. 131).

Durante o período eugenista, o objetivo era embranquecer ao máximo a população brasileira e diminuir o impacto dos negros que foram trazidos para cá. No entanto, a prática não alcançou êxito, e isso dificultou a impressão de uma raça única no país.

> A miscigenação não deixou a população brasileira mais branca, nos deparamos com o terceiro movimento das estruturas de poder na direção de uma cultura branca europeia e americana: o extermínio da população não branca. Mais recentemente, na esfera pública política do Brasil, a significação aplicada a esse sujeito é de "bandido", "ninguém" ou "alguém sem caráter". É reproduzido enquanto perigoso - homem, mulher ou criança - e tornou-se inimigo apenas por ter nascido negro/a. (AZEVEDO; BARBOSA, 2019, p. 131)

Esse suposto ímpeto em aniquilar os não-brancos é também estudado por Mbembe (2010), que cunha o conceito de necropolítica, resumido em "o poder da morte". Para o autor,

os governos e estruturas sociais ceifam as vidas daqueles que consideram como o Outro, o inimigo, sendo principalmente pessoas negras.

> Em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de "mundos de morte", formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de "mortos-vivos". (MBEMBE, 2010, p. 146)

Mbembe (2010) relembra as populações colonizadas para explicar o que seriam esses "mortos-vivos". Ele acrescenta que a cidade do povo colonizado é um lugar

> de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, com uma cidade sobre seus joelhos. Nesse caso, a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é. (MBEMBE, 2010, p. 135)

Na contemporaneidade, esses locais colonizados podem ser entendidos como as favelas e periferias brasileiras, onde a soberania governamental usa da violência como um modo de controle social.

Para Magalhães (2021), a militarização é uma forma fundamental da realização do que ele chama de necrogovernança. O termo dialoga com os conceitos de necropolítica de Mbembe, mas vai além e diz que os governos se aproveitam das ditas crises de segurança para operar em territórios mais vulneráveis de forma violenta.

Em seu artigo, o autor traz à luz que corpos nesses territórios são entendidos como "vivos-matáveis", que se resumem em pessoas e lugares que não existem em um imaginário, e que podem desaparecer ou serem aniquilados sem que sua falta seja sentida e lamentada, pois não são vistas como uma existência legítima.

Ainda sobre os entendimentos acerca das mortes instituídas estatalmente, Misse (2008) analisa que o emprego da palavra violência manteve duas características ao longo do tempo. Essas seriam sobre como se usa a palavra e contra quem ela é usada. Pois, para o autor, Violento, na sociedade, sempre será o Outro.

Em sua tese, Misse (2008) diz que a violência é analisada através da reação moral da sociedade em detrimento de cada tema. No entanto, essa reação moral é afetada pela cultura do medo, pelo racismo e por discursos midiáticos que influenciam o imaginário. O Outro, para Misse, passa pelo histórico social do capoeira, malandro e hoje suspeito ou moleque. O

autor postula que o Outro, em um pensamento coletivo, é entendido como um homem preto, principalmente jovem e favelado. É a esse perfil que as pessoas são ensinadas a temer.

> Continuo a acreditar também que o modus operandi de crimes igualados pela universalização jurídica não só não é igualado pela percepção social e pela reação moral, senão para denunciar a injustiça distributiva das penas, como é fundamental para se compreender a constituição do fantasma, da sua "autonomia de sentido" e da "cultura do medo" que se lhe segue com o nome de "violência urbana". (MISSE; MOTTA *apud* MISSE, 2008, p. 22)

Ainda para Misse (2008), no Brasil a pena de morte é feita sem direito de defesa, sem tribunais e sem sentença legítima nas favelas. Misse acredita que as forças policiais cometem execuções como penas de mortes ilegais durante suas incursões.

Enquanto isso, para Pereira (2020) a reação moral legitimiza um discurso que os Outros são pessoas propensas a causar-lhes sofrimento. “As vítimas reivindicam proteção e sanções cada vez mais severas àqueles identificados como indivíduos perigosos. Esse indivíduo é representado pelo jovem, negro e morador das favelas e periferias.” (PEREIRA, 2020, p, 34)

Pereira (2020) concorda com Misse (2006) ao dizer que os discursos proferidos por meios de comunicação têm função estratégica para validar essa lógica de imputar sofrimento ao outro. Para Pereira (2020), a mídia muitas vezes justifica medidas violentas, discricionárias e arbitrárias contra os indivíduos considerados suspeitos.

Magalhães (2021) enxerga essas medidas violentas nas operações policiais e define que “as megaoperações constituem e têm feito ampliar a incerteza, especialmente sobre a continuidade da própria vida” (MAGALHÃES, 2021, p. 11) . Os moradores de favelas não têm certeza se sobreviverão à força policial, conforme afirma Magalhães (2021).

Esse embasamento teórico foi necessário para chegar na explicação de Misse sobre a sujeição criminal. Pereira (2020) se apoia nos estudos do teórico para sua tese de doutorado, que culminou no livro Notícias da Pacificação: outro olhar possível sobre uma realidade em conflito, publicado pela Editora UFRJ em 2020, durante a pandemia.

Em uma análise da história brasileira, Pereira (2020) entende que a sujeição criminal vem desde o capoeira e o malandro, que deram lugar ao outro do trabalhador, tidos como bandidos. No entanto, atualmente esse grupo social é visto como “o sujeito matável, cujo crime está inscrito de maneira indelével em sua alma” (PEREIRA, 2020, p. 33).

Misse (2008) caracterizou quatro operadores analíticos para explicar o processo de construção social do crime, ou criação de um personagem criminal - o suspeito.

O primeiro operador é a criminalização, que configura incluir nos códigos legais de um curso de ação típico definido como crime, a partir da reação moral generalizada a ele (PEREIRA, 2020). Em seguida, vem a criminação, "ou o encaixe de um evento determinado nesse código". Para ilustrar, no código penal há o crime de furto, essa é a criminalização. A criminação acontece quando um indivíduo pega uma bicicleta que não é sua e se apropria dela, por exemplo.

Após a criminação, o autor define o operador da "incriminação". Essa seria a identificação de um determinado indivíduo como autor da infração estabelecida anteriormente (PEREIRA, 2020).

A partir disso tudo, há a sujeição criminal, que é "o deslizamento de sentido da punição pelo crime cometido para a punição do sujeito 'porque' criminoso 'contumaz': para o que seria seu incorrigível 'mau-caráter', sua subjetividade essencialmente criminosa, má" (MISSE, 2010, p. 18-19).

E por fim, Misse vai dizer que o sujeito enquadrado na sujeição criminal é lido como "aquele que pode ser morto, já que não será 'recuperado', uma vez que o crime é inerente a ele.

> A sujeição criminal é um processo de criminação de sujeitos, e não de cursos de ação. Trata-se de um sujeito que "carrega" o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja "matável". No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto. (MISSE, 2010, p. 21)

Magalhães (2021) vai resumir que esse sujeito criminal está inscrito na disparidade da sociedade, e que as favelas "continuam sendo produzidas como esse Outro, como essa alteridade radical que se apresenta como o elemento disruptivo da ordem social" (MAGALHÃES, 2021, p. 7).

Para Misse, a reação moral acerca desses territórios e indivíduos gera um anseio pela punição. "A vontade de punição se basta a si mesma, não precisa buscar causas, ela se justifica única e exclusivamente como vingança, como ódio justificado, ela não busca saber mais nada. Mantém-se na lógica da reciprocidade negativa" (MISSE, 2006, p. 107).

Ainda sobre a reação moral que delega e cria essas situações, Pereira entende que é o medo de um suposto sofrimento que pode acontecer que faz com que a sociedade gere tolerância com práticas autoritárias e violentas que, de certa forma, sejam usadas para reprimir aqueles que são vistos como seres praticantes de crimes. "A tendência é responsabilizar o

indivíduo flagrado em ato criminalizável e estigmatizá-lo.” (PEREIRA *apud* MISSE, 2020, p. 57)

Pereira (2020) compreende que essa reação moral é pautada pelo discurso midiático e que a palavra atua na formação de consciência individual. Ele cita Foucault (2008) e a vontade de verdade em um processo de exclusão de indivíduos, em que grupos marginalizados têm a voz silenciada e não galgam espaço midiático.

Sobretudo, o racismo e as relações sociais não podem ser ignorados nesse processo.

> O fato de que negros sejam mais criminalizados que brancos comparece apenas como variável dependente do racismo, o que nos esclarece sobre a criminalização dos negros na construção social do crime, mas quase nada nos diz sobre a relação inversa, em que a cor (nesse caso) poderia ser uma variável dependente ou manter-se interveniente no processo social de criminalização (os tipos de crime que provocam maior reação moral são perseguidos, por exemplo, entre os pobres, onde o contingente de negros é maior, e onde a competência formal de defesa – geralmente pública – pode ser menor). (MISSE, 2006, p. 72)

Para Bento (2022), há um pacto entre as pessoas brancas nesse país que visa manter a opressão aos negros para que haja a manutenção de privilégios raciais. Assim, como afirma a autora, “foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude. Os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste” (BENTO, 2022, p. 28).

A vida seria apenas um detalhe nessa lógica de preservação da hegemonia, “se no passado o Estado ignorou esse segmento da sociedade, no presente, sob a legitimidade da mídia tradicional, pratica a Necropolítica” (BARBOSA; AZEVEDO, 2019, p. 137).

A responsabilidade da imprensa é analisada na ordem dos discursos proferidos nos noticiários sobre o tema, principalmente os policiais. Misse diz que a imprensa é contaminada por esse processo racista. “Os ‘laços’ dessa dinâmica societária e cultural incluem estereótipos, roteiros típicos, etiquetagens, rotulamentos, preconceitos, mas não num sentido único, aquele que é lido por uma perspectiva ‘politicamente correta’” (MISSE, 2006, p. 78).

2.3 A história do Complexo da Maré

A formação do que hoje é conhecido como Complexo da Maré teve início com o Morro do Timbau, segundo o Dicionário de Favelas Marielle Franco (2023)[2], por volta de

[2] Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Complexo_da_Mar%C3%A9#:~:text=Surgiu%20atrav%C3%A9s%20de%20uma%20s%C3%A9rie,transmiss%C3%A3o%20da%20R%C3%A1dio%20Roquette%2DPinto. Acesso em: 26 de setembro de 2023.

1940. Com a abertura da Avenida Brasil, o local passou a ser rapidamente ocupado devido a sua posição geográfica próxima a vias expressas da cidade.. Em seguida foi a vez da Baixa do Sapateiro, em 1947, que foi impulsionada pela criação do primeiro grande aterro. A construção aconteceu dentro da Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Ilha do Fundão, perto dali.

O local passou a ser mais movimentado após a construção da Ponte Osvaldo Cruz, como trajeto para quem ia ou saía da Ilha do Fundão. Uma das áreas mais vulneráveis da Maré e a terceira mais populosa é a favela da Nova Holanda.

Até 2023, o complexo contava com 17 comunidades e cerca de 140 mil moradores, de acordo com o Dicionário de Favelas Marielle Franco (2023). No entanto, a Maré só passou a ser considerada um bairro em 1994, basicamente 55 anos após o seu nascimento. Durante o primeiro mandato de César Maia como prefeito do Rio, ele oficializou a comunidade em 19 de janeiro de 1994.

É importante destacar as dimensões geográficas da comunidade. A Avenida Brasil, parte inseparável da Maré, foi inaugurada em 1946. A via foi usada como principal acesso ao centro da cidade.

A Maré fica às margens da Baía de Guanabara e sua localização é no meio das mais importantes rodovias do Rio, como a Linha Vermelha, Linha Amarela e Transcarioca, além da já citada Avenida Brasil. Quem pretende chegar à Baixada Fluminense ou ao Aeroporto Internacional Tom Jobim vai passar pelo complexo, de forma inevitável, uma vez que não há trajeto por via expressa que não circunde as comunidades.

Ou seja, é evidente que eventuais ocorrências, como tiroteios, que aconteçam na Maré, oferecem impactos para toda a cidade do Rio, pois pode afetar a segurança de quem está nas vias de acesso e até mesmo ter efeitos no trânsito.

Frequentemente, essas vias são interditadas temporariamente em decorrência de trocas de tiros. Como foi o caso do dia 26 de setembro de 2022, que tanto a Linha Vermelha quanto a Avenida Brasil foram impactadas pela violência que acontecia dentro da comunidade.

Embora seja um local bem posicionado e populoso, o Complexo da Maré vive uma realidade extremamente agressiva. Um levantamento feito pela ONG Redes da Maré (2023)[3] mostra que o território foi alvo de policiamento violento em 2022.

---

[3] Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RdM_Boletim_direito_SegPubli23.pdf Acesso em: 26 de setembro de 2023.

Segundo os dados da ONG (2023), no período de 12 meses ao menos 39 mortes foram causadas por armas de fogo, sendo 27 delas, muito mais da metade, em operações policiais. A Redes da Maré (2023) mapeou ainda que durante todo o ano de 2022, 27 incursões policiais foram feitas. O número representa uma média de ao menos uma morte a cada incursão feita.

Em A Guerra como Modo de Governo em favelas do Rio de Janeiro, Magalhães (2021) cita que as megaoperações criam "geografias do terror" e funcionam como operadores do governo no projeto de impetrar o medo e a guerra como um modo de controle. O conceito se define em transformar locais e regiões em cenas que apavoram e amedrontam a população e que: "Transformam determinados lugares e regiões em 'paisagens de medo' com certas articulações espaciais que, de alguma maneira, tendem a romper de forma dramática, e recorrentemente imprevisível, as relações sociais locais (OSLENDER *apud* MAGALHÃES, 2021, p. 11).

O estudo da Redes da Maré (2023) revela um aumento de 77% das mortes por violência armada em um ano no conjunto de favelas. No entanto, um dos dados mais preocupantes é o que trata sobre o número de execuções na favela. Isto é, quando uma pessoa é morta sem a chance de legítima defesa ou cumprimento do dever legal, como a prisão. Segundo a Redes da Maré (2023), esse é um dos fatores que revela a fragilidade com que os Direitos Humanos são tratados na comunidade.

O levantamento diz que 87% dos mortos tiveram indícios de execução. Entre as vítimas, 24 corpos não passaram por perícia no local das mortes. Das vítimas, 97% eram homens, 81% foram identificados como pretos ou pardos e 61% tinham até 29 anos. Isso indica que as mortes possuem um perfil bem definido: homens jovens que sejam pretos ou pardos.

Magalhães se apoia nos conceitos de Mbembe (2010) e diz que "as experiências de produção da guerra nas favelas do Rio de Janeiro nos colocam diante de processos de inscrição e territorialização" (MAGALHÃES, 2021, p. 7). Segundo o autor, isso cria formas de controles físicos e geográficos, além de classificar pessoas de diferentes categorias.

Os Direitos Humanos reaparecem no estudo da Redes da Maré (2023) quando se trata de educação e saúde: eles apontam que 15 dias de aulas foram perdidos e 19 expedientes desperdiçados em decorrência de violência armada nos territórios das 16 comunidades que compõem o complexo.

Não obstante, 60% das operações ainda tiveram relatos de domicílios invadidos, e em um desses casos, os moradores relataram que um grupo foi mantido preso por policiais militares em uma casa.

Manter alguém domiciliarmente preso é uma violação dos Direitos Humanos. Tal ato aconteceu no mesmo dia em que José Henrique da Silva - vendedor de bebida de um baile funk na favela da Maré - foi morto pela força de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. A operação policial e a cobertura jornalística motivaram esse trabalho de conclusão de curso.

Dezenove homens foram mantidos em cárcere por policiais do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope), como garante a Redes da Maré (2023). Dois deles morreram, seis ficaram feridos e 17 foram presos. Além disso, houve relatos de torturas durante o cárcere. Alicates e aparelhos de choque elétrico foram encontrados no local.

O estudo feito pela Redes da Maré (2023) destaca:

> A eficiência e produtividade da atual política de segurança pública do Rio de Janeiro precisa ser questionada de uma vez por todas. O Estado deve não apenas cessar a insegurança que causa à população, como deve adotar medidas eficazes para promover a segurança física e patrimonial de todos. É inadmissível que o orçamento público destinado a investimentos bélico-militarizados seja anualmente inflado sem que se exija proporcionalidade de resultados. Ao contrário, vemos a violência armada aumentar consistentemente, salvo nos períodos de intervenções judiciais. (REDES DA MARÉ, 2023, p. 24)

Magalhães (2021) traz mais um questionamento em seu estudo: se é possível ainda tratar do conceito de guerra como uma metáfora no cenário carioca. Citando Leite e Birman (2018) e Rui e Feltran (2017), o autor explica que “a guerra, no caso do Rio de Janeiro, é um eixo de intervenção fundamental na vida da cidade justamente porque a produção de mortes no cotidiano se transformou, há muito tempo, em uma maneira de gerir a cidade” (LEITE; BIRMAN; RUI; FELTRAN *apud* MAGALHÃES, 2021, p. 3).

Pesquisas feitas pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (2023) apontam que tanto a economia que gira dentro das comunidades atingidas por confrontos armados quanto a saúde dessa população sofrem impactos. O estudo considerou favelas afetadas por tiroteios com presença de agentes de segurança de junho de 2021 a maio de 2022 e analisou diretamente os complexos da Penha e Manguinhos, ambos na Zona Norte do Rio.

A partir do estudo, foi possível perceber que diversos aspectos da vida cotidiana são afetados: “as pessoas ficam impossibilitadas de utilizar meios de transportes, são impedidas de trabalhar, não conseguem receber encomendas ou comparecer a consultas médicas e ficam sem energia elétrica e internet” (LEMGRUBER, 2023, p. 56).

O relatório sustenta que o prejuízo financeiro para os moradores é de milhões ao ano

> Além de prejudicar a renda que garante a subsistência das famílias, as ações policiais, como fartamente demonstrado, geram custos muito elevados.

> Danos na estrutura da casa como tiros nas paredes e janelas, caixas d'água, encanamentos, portas arrombadas e portões destruídos custaram R$1,1 milhão aos moradores de ambos os complexos. Quando calculados os danos em veículos, esse valor chega a R$1,6 milhão por ano. Entre os relatos, encontram-se denúncias diretas dos moradores à polícia como "quebraram o carro" ou o "caveirão passou por cima". Somados os prejuízos individuais referentes ao impacto na renda por dias de trabalho perdidos e o custo de reparo/reposição de bens privados, o valor total das perdas é de aproximadamente R$14 milhões (REDES DA MARÉ, 2023, p. 57).

Já o relatório que explica os resultados da pesquisa sobre a saúde dessa população garante que os moradores de comunidades afetadas pelos confrontos relatam ansiedade, insônia e até depressão. O estudo foi feito a partir do comparativo de três comunidades que não costumam enfrentar tiroteios com a presença de policiais contra os dados de outras três favelas do Rio que passam por essa situação. Uma das favelas do segundo grupo pertence ao Complexo da Maré e é a Nova Holanda, uma das mais populosas do conjunto.

> O número de pessoas com hipertensão arterial, insônia prolongada, depressão (considerando tanto o diagnóstico autorreferido como o resultado obtido pelo rastreamento desta condição) e ansiedade (levando em conta apenas o rastreamento) é maior nas comunidades mais expostas a tiroteios com presença de agentes de segurança (LEMGRUBER, 2023, p. 40-41).

No entanto, grandes nomes da política brasileira nasceram e cresceram no Complexo da Maré e ofereceram resistência ao poderio bélico e suas formas de violência. É o exemplo de Marielle Franco, vereadora assassinada a tiros no dia 14 de março de 2018, junto do seu motorista Anderson Gomes. Marielle era Socióloga com mestrado em Administração Pública e teve carreira política no legislativo da capital fluminense. Até a presente data, durante a produção deste trabalho, ainda não se sabe quem foi o mandante do crime e somente três pessoas foram presas por envolvimento nas mortes de Marielle Franco e Anderson Gomes: o ex-bombeiro Maxwell Simões Corrêa, o policial reformado Ronnie Lessa e o ex-PM Élcio de Queiroz.

Marielle nasceu e cresceu na favela da Maré, onde também começou a caminhar na política após sua amiga ser vítima de uma bala perdida em um tiroteio entre policiais e traficantes na comunidade.

Os direitos humanos foram sua marca registrada durante o mandato na Câmara do Rio de Janeiro, casa legislativa para a qual foi eleita com 46.502 votos. A vida de Marielle, sua carreira e militância, foram interrompidas por 13 tiros de fuzil, que também ceifaram a vida do seu motorista, Anderson Pedro Gomes.

Porém, Marielle não andava só, e mais crias da Maré se levantaram, como se Marielle fosse a semente que as fizeram germinar. Anielle Franco, irmã da vereadora, atualmente é

Ministra da Igualdade Racial do Brasil no governo Lula, em 2023. Também cria da Maré, Anielle é jornalista, educadora, mestre em relações étnico-raciais (CEFET/RJ), doutoranda em linguística aplicada (UFRJ) e ex-diretora do Instituto Marielle Franco, criado para levar o legado de Marielle adiante. Inspirada na irmã, Anielle segue na luta por mais dignidade, garantia plena de direitos e assistência para a população negra brasileira.

Também é semente de Marielle a atual deputada estadual Renata Sousa (Psol-RJ), que ingressou na política por influência da vereadora. Após assumir o mandato, Marielle convidou Renata para ocupar o cargo de chefe de gabinete. Com a morte da vereadora, a jornalista e doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ não viu outro caminho senão dar seguimento à luta de sua amiga de quase duas décadas.

É necessário relembrar histórias e testemunhos como esse para que o território da Maré não seja reduzido a confrontos armados, venda de entorpecentes e mortes por arma de fogo. Conforme afirma Magalhães (2021), não se trata apenas de um espaço de morte, “mas também de afirmação da vida” (MAGALHÃES, 2021, p. 14).

3. Operações policiais e a representação da violência

No presente capítulo, vamos estudar autores que se propõem a pesquisar e relatar o trabalho midiático, suas representações na sociedade e os possíveis impactos nos cidadãos. Alguns deles, como Martins (2018) e Adichie (2019), acreditam que é possível criar estereótipos a partir do jornalismo. Os personagens representados nas reportagens podem acarretar em narrativas únicas, e assim reduzir as pessoas a apenas uma representação.

Esse trabalho busca compreender se a cobertura jornalística da operação policial na favela da Maré, em setembro de 2022, que culminou com a morte de sete homens, criou uma história única sobre tal caso ou não.

Outras oito pessoas saíram feridas, enquanto 26 foram presas. A incursão do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar e da Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil (Core) findou-se no que é possível considerar uma chacina, haja vista que houve fortes indícios de execuções, além de pouca apuração das circunstâncias das sete mortes.

O Instituto Fogo Cruzado, que monitora os índices de violência em diversas cidades brasileiras, considera como chacina todas as ocorrências, principalmente policiais, com mais de três mortes. No caso da operação analisada neste trabalho foi mais do que o dobro do mínimo. Em setembro de 2022, a plataforma contabilizou mais de mil civis mortos em chacinas policiais desde 2016 na região metropolitana do Rio de Janeiro.[4]

Os dados foram publicados no dia 19 de setembro de 2022, uma semana antes da ação policial que deixou sete mortos no Complexo da Maré. Na contagem do Fogo Cruzado (2022), o Complexo da Maré teve 36 pessoas mortas de 2016 até 2022 em chacinas policiais. Ao todo, nesse mesmo período foram 1.008 civis mortos.

Além da criação de estereótipos, é necessário compreender como o trabalho da mídia pode, ou não, naturalizar a violência em territórios que sofrem disputas de tráfico de drogas e constantes operações policiais. O que se evidencia é que para além da naturalização da violência, o discurso midiático nega voz a essas populações ou banaliza suas dores. Um exemplo é o caso da família de José Henrique da Silva, morto durante uma ação da polícia,

[4] Mais de 1.000 mortos em chacinas policiais no Grande Rio. Disponível em: https://fogocruzado.org.br/mil-mortos-chacinas-policiais-grande-rio. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

que não foi ouvida. Veículos de informação reproduziram discurso da Polícia Militar, afirmando que ele era criminoso e que tinha morrido enquanto trocava tiros com policiais.

A família de José Henrique da Silva, no entanto, nega as acusações da polícia e luta na justiça para que sua inocência seja provada. Esse capítulo pretende analisar a posição do homem negro e favelado nas narrativas jornalísticas e se há a criação de um personagem social do suspeito, que pode evoluir para o ser matável de Misse (2010).

Martins diz que as repercussões de sujeitos de pele escura sendo mostrados como criminosos, pobres, favelados e outras situações pejorativas são cotidianas e noticiadas de forma natural, enquanto as singularidades e habilidades afrodescendentes não têm visibilidade (MARTINS, 2018).

3.1 A chacina da Maré

O presente trabalho de conclusão de curso entende a operação policial do dia 26 de setembro de 2022 no Complexo da Maré como uma chacina. Isso porque sete pessoas foram mortas em um período de menos de 12 horas de incursão de policiais do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope) e da Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil (Core). Esse não é o único critério para se denominar como chacina. Também foi considerado o levantamento feito pela ONG Redes da Maré (2023), que acompanhou in loco a operação e chegou a negociar a rendição de suspeitos que estavam mantidos em cárcere privado em uma residência da comunidade. Os dados mostrados dão conta que dois homens morreram após serem mantidos em cárcere sob a suspeita de tortura por horas. E, antes desse momento, um vendedor de bebidas foi morto com tiros de fuzil no início da ação policial.

Tropas de elite das polícias do Rio invadiram um evento musical, que misturava pagode com funk e era atração dominical na Vila dos Pinheiros. Os policiais iniciaram um confronto por volta das 5h da madrugada de segunda-feira, do dia 26 de setembro de 2022. Nesse momento, o local ainda estava lotado de moradores que tinham ido ao baile para se divertir. A parte da comunidade onde acontecia a festividade é ainda atração gastronômica, devido às diversas barracas de lanches que ficam por lá.

Segundo relatos de testemunhas, a polícia entrou atirando e muitas pessoas se machucaram ao tentar se proteger, como aconteceu com a jovem que aqui chamaremos de Gabriela (nome fictício). Por motivos de proteção, o nome verdadeiro da moça, consultada para esse trabalho, ficará sob anonimato[5]. Gabriela se feriu seriamente enquanto fugia.

[5] Entrevista concedida à autora. Por telefone. 10 de outubro de 2023.

A jovem estava no evento quando ouviu os primeiros tiros. Ela e uma amiga tentaram correr, mas acabaram se perdendo na multidão que fazia o mesmo. A menina caiu, e conforme contou, foi arrastada no chão. Gabriela não conseguiu ver quem a arrastou, mas os ferimentos nas pernas e no rosto marcaram a lembrança.

Gabriela também foi ouvida pelo Maré de Notícias, portal de informações da ONG Redes da Maré[6]. O caso dessa jovem foi apontado como um dos exemplos de violação de direitos humanos naquele dia. A menina sobreviveu, embora esteja marcada, consciente e inconscientemente, por aquele dia.

José Henrique da Silva não teve a mesma chance. Conhecido como Zé Careca, ele e a esposa estavam trabalhando com a venda de bebidas no evento, ofício que era a principal fonte de renda do casal, quando a ação teve início. Após ouvir os primeiros tiros, José foi de moto até o local do evento para resgatar a esposa, que estava na barraca de bebidas. Ainda na moto, ele foi alvo de tiros de fuzil e morreu no local, antes mesmo de ser socorrido. Assim como José Henrique da Silva, ao menos outros quatro homens também morreram na rua que antes dava lugar a uma festa.

A Polícia Militar foi categórica ao afirmar, em nota, que os mortos estavam trocando tiros com os policiais e que se tratavam de criminosos. Como veremos mais à frente, veículos de informação usaram essa versão ao noticiar a operação.

Para justificar a entrada na comunidade ainda na madrugada e de forma inesperada, a corporação explicou posteriormente que o setor de inteligência tinha mapeado que criminosos rivais planejavam uma invasão a outra comunidade e que usariam a madrugada para deslocar efetivo de traficantes armados. A operação, então, seria de caráter emergencial a fim de conter a investida dos criminosos.

Para Pereira, as forças de repressão são enviadas apenas ao setor varejista do comércio de entorpecentes, que por sua vez é feito por pessoas em condição de subalternidade

> Nos dias de hoje, o comércio de entorpecentes é amplamente tolerado em sua fase atacadista, operada por empresários, latifundiários, políticos e demais agentes não classificáveis no perfil da sujeição criminal. Por outro lado, a repressão recai sobre a ponta do varejo, onde são empregados informalmente pessoas em condição de subalternidade, sem privilégios socioeconômicos, étnico-raciais e, muito menos, imunidade parlamentar. (PEREIRA, 2020, p. 77)

A versão da Polícia Militar foi corroborada pelo então governador e candidato à reeleição no Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL-RJ). O político usou as redes sociais para

---

[6] Disponível em: https://mareonline.com.br/violacoes-de-direitos-marca-operacao-na-mare-nesta-segunda/. Acesso em 2 de outubro de 2023.

comemorar a ação da polícia e afirmar que “Onze criminosos que atiraram nos policiais foram alvejados e cinco deles acabaram morrendo”[7]. Na ocasião, faltavam apenas seis dias para as eleições, nas quais Castro foi reeleito em primeiro turno.

Em pronunciamento nas redes sociais, o governador disse que a operação foi cirúrgica. Com imagens das apreensões, ele escreveu

> Hoje, as nossas polícias Civil e Militar impediram que traficantes fortemente armados se deslocassem na saída de uma festa clandestina na Maré para invadir outra comunidade. Com base em dados de Inteligência, o #BOPE e a @coreoficial fizeram uma operação cirúrgica. A reação dos bandidos foi imediata e infelizmente produziu cenas como as que vimos na Linha Vermelha, que foi temporariamente fechada para proteção de quem ali passava nesse horário. Mas é importante que você entenda que esses bandidos não são apenas traficantes, eles também são responsáveis por roubos de cargas e de carros em vários pontos do nosso estado, inclusive na Linha Vermelha. Até agora nessa operação na Maré há 26 presos, sete fuzis, oito pistolas, uma granada e cerca de uma tonelada de maconha apreendidos, além de 20 carros e motos recuperados. Onze criminosos que atiraram nos policiais foram alvejados e cinco deles acabaram morrendo. Esse resultado dá uma exata noção do que as nossas polícias enfrentam diariamente.[8]

O pronunciamento do governador foi feito às 15h18 do mesmo dia do início da operação. O comunicado começa a ser postado cerca de 10 horas depois da morte de José Henrique da Silva. É possível afirmar que Cláudio Castro não esperou o reconhecimento dos corpos, nem a checagem de antecedentes criminais ou que informações de inteligência fossem cruzadas antes de afirmar que os 11 homens eram criminosos. Muito menos, tentou contato com os familiares de José Henrique, que se mantiveram no anonimato midiático mesmo após o sepultamento. A família dos outros dez mortos não foram ouvidas pela imprensa.

Mesmo após a repercussão de reportagens sobre a inocência de José Henrique da Silva, Cláudio Castro não retornou ao assunto e seguiu sua campanha política nas redes sociais como estava planejado. O candidato e governador Cláudio Castro (PL-RJ) não usou a internet para se desculpar com a família de José Henrique, muito menos informou se as circunstâncias da morte seriam rigorosamente apuradas.

Pereira (2020) reforça que o tráfico de drogas é visto como o principal motivo da violência urbana no Rio de Janeiro.

> A favela tende a ser vista como um território ‘sem controle’, onde imperam as ordens de traficantes armados que não respeitam a autoridade do Estado.

---

[7] Disponível em: https://twitter.com/claudiocastroRJ/status/1574463509416509440. Acesso em: 2 de outubro de 2021.
[8] Disponível em: https://twitter.com/claudiocastroRJ/status/1574463509416509440. Acesso em: 2 de outubro de 2021.

> [....] As ações violentas praticadas pelos agentes policiais são justificadas como um ‘mal necessário’ com o objetivo da ‘pacificação’ de determinadas áreas da cidade. (PEREIRA, 2020, p. 148)

O Extra, como vamos ver no próximo capítulo, só ouviu a família de José Henrique da Silva no dia seguinte à operação. Até aquele momento, as notícias ainda corroboravam com a versão da polícia e do governador de que ele tinha morrido em uma troca de tiros.

A matéria publicada com a versão da família contava um pouco de quem Zé Careca foi para aquela comunidade e principalmente para sua família. Os familiares negaram que ele um dia tenha tido envolvimento com o crime e rechaçaram a informação de que estava com um fuzil quando foi alvejado.

A demora para que a família fosse consultada sobre as versões dos fatos mostra parte da fragilidade com a que o assunto foi tratado. A negação aos Direitos Humanos fez parte desse dia na comunidade.

Como afirma o relatório da Redes da Maré (2023), uma casa foi cercada após um homem entrar na casa de um morador e fazê-lo de refém.

> Ele gritava para os policiais presentes que queria se render e pedia para não ser executado, bem como as outras 18 pessoas que estavam com ele no mesmo imóvel. O morador da casa foi libertado, contudo, as 19 pessoas restantes ficaram no domicílio em cárcere privado por cerca de três horas. Esse fato exigiu dos profissionais da Redes da Maré uma longa mediação com os agentes de segurança pública junto às lideranças de determinadas associações de moradores e os muitos moradores que se juntaram nas redondezas querendo entender o que os policiais iriam fazer mantendo esse grupo recluso. (REDES DA MARÉ, 2023, p. 10)

O relatório (2023) afirma ainda que os policiais do Bope não estavam abertos à negociação de liberação dos homens que ficaram em cárcere. O documento aponta que a insistência da articulação da ONG, da Defensoria Pública e denúncias ao Ministério Público foi o que impediu que todos os encarcerados fossem mortos. Mas que, ainda assim, não foi possível impedir execuções

> Ainda assim, de acordo com um levantamento in loco realizado pelo “De Olho na Maré”, os depoimentos dos moradores descrevem como um dos policiais disse que escolheria duas pessoas para morrer. O agente teria apontado para os dois escolhidos, levado um deles para o banheiro e o executado, o segundo escolhido teria tentado fugir, se jogando do terraço, momento em que também foi executado com um tiro na cabeça. (REDES DA MARÉ, 2023, p. 10)

O levantamento (2023) denuncia que dos 19 encarcerados que lá estavam, dois acabaram mortos. Os outros 17 foram presos, enquanto seis deles ficaram feridos. A ONG

acusa ainda que instrumentos de tortura, como alicate e aparelho de choque elétrico, foram deixados para trás após a liberação dos homens.

Magalhães afirma que as ações policiais também são uma forma de comunicar o poderio bélico do Estado.

> Espetaculares ou não, de alguma forma diziam respeito à demonstração de força pelo próprio aparato estatal e, nesse sentido, tanto do ponto de vista material quanto do simbólico, buscava-se reforçar a ideia de que o recurso legítimo à violência era uma prerrogativa do Estado nacional. (MAGALHÃES, 2021, p.11).

Invasões a domicílio, carros quebrados e agressões também foram relatadas naquele dia. Além disso, unidades de saúde básica foram fechadas, assim como as escolas municipais dentro e fora do complexo. O fechamento acontece como um modo de preservar a segurança de pacientes, alunos e funcionários, tanto da saúde quanto da educação, evitando assim o deslocamento nas áreas de conflito.

3.2 Mídia, naturalização da violência e estereótipo

O jornalismo é, principalmente, a atividade de informar os leitores sobre o que acontece no mundo, se definirmos de forma simplória. De acordo com Fernando Ferreira (2012)[9], o jornalismo pode ser definido como a profissão que leva notícias e acontecimentos factuais ao público, além de divulgar informações. No entanto, essa atividade de comunicação faz parte do processo de criação de opinião, pública e privada.

Para Pereira (2020), a escolha do que é noticiável é uma das formas de selecionar o que fará parte do pensamento público.

> Uma possível simplificação da teoria sociológica de Goffman aplicada à comunicação, em geral, e ao jornalismo, em particular, afirma que o enquadramento não nos diz o que pensar, mas, sim, a partir da seleção de determinados temas, como pensar. (PEREIRA, 2020, p. 90)

Tal enquadramento citado por Pereira (2020) é a seleção daquilo que é de interesse público, um dos pilares do jornalismo. Para se descobrir o que é noticiável ou não, as informações passam por certa separação dentro das redações. Muitas vezes, o que deveria ser noticiado na opinião de uma pessoa, não é o mesmo que o outro. Para entender melhor esse processo, Pereira cita Lewin que "denomina *Gatekeepers* o conjunto de editores, diretores e

[9] Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed719-afinal-o-que-e-jornalismo/. Acesso em 10 de outubro de 2023.

demais profissionais responsáveis pela ‘filtragem’ de informações a serem apuradas, tratadas jornalisticamente e publicadas” (LEWIN *apud* PEREIRA, 2020, p. 91).

Não é raro que se pense que o jornalismo é a reprodução dos fatos, mas Pereira discorda e diz que “a notícia, portanto, não é um fato em si, mas, sim, o ‘retrato do evento, não algo intrínseco ao evento’” (HALL *apud* PEREIRA, 2020, p. 101).

Sendo assim, as redações brasileiras têm equipes e cargos diferentes direcionados a tratar as notícias, e não somente repórteres que decidem independentemente as pautas que serão tratadas diariamente. Para entender o reflexo dessa cadeia, é preciso analisar quem a compõe.

A pesquisa Perfil Racial da Imprensa Brasileira (2021)[10] mapeou, através de entrevistas e levantamento de dados, o atual cenário racial das redações no país. Com pouco mais de mil entrevistas, o levantamento traz uma realidade: apenas 20,10% dos profissionais de imprensa são pessoas pretas ou pardas.

Na pesquisa (2021), quase 80% dos entrevistados se autodeclararam pessoas brancas. Essa não é a realidade de toda a população brasileira, já que no levantamento do IBGE (2022) os brancos representavam 43% dos brasileiros em 2021. Enquanto isso, pardos eram 47% e pretos 9,1%.

A realidade do país diverge com o universo da imprensa, já que brancos são maioria na atividade jornalística. E ainda ocupam, em maioria, as funções de liderança, conforme aponta o Perfil Racial da Imprensa Brasileira (2021). Na pesquisa, 61,8% dos cargos gerenciais eram de pessoas brancas, contra 39,8% de pretos e pardos.

Além dos cargos gerenciais, a presença expressiva de pessoas pretas e pardas foi na função de repórter, sendo 39,5% dos que participaram da pesquisa. Outros 11,3% estavam na função de editores.

O estudo (2021) também entrevistou 202 pessoas autodeclaradas pretas e pardas para entender o cotidiano na profissão. Pouco mais de 85% responderam que a cultura geral das empresas privilegia pessoas brancas na imprensa brasileira, e quase 20% disseram que as chefias são sempre brancas. Mais de 10% dos entrevistados disseram que, em seus atuais empregos, o ambiente de trabalho é branco.

Há a premissa de que o jornalismo é um serviço imparcial, despido de qualquer opinião do jornalista e a transmissão fiel da informação. Segundo Cavalcanti (2022), o fazer

---

[10] Disponível em: https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

jornalístico passou a ser entendido como um serviço que deveria ser completo, objetivo e neutro de acordo com padrões anglo-americanos.

“O jornalismo começa a ser entendido como um observador neutro, que relata os acontecimentos como eles são, com equilíbrio e honestidade, furtando-se de emitir opiniões” (ROCHA *apud* CAVALCANTI, 2022, p. 17).

Autores, como Traquina (2005), discordam que os jornalistas sejam observadores passivos que somente noticiam a realidade. Para Traquina (2005), os profissionais fazem parte da criação do acontecimento como função inerente à construção do fato.

Essa formatação de textos e acontecimentos ligados diretamente às notícias, não são feitos de forma tão simplória a ponto que não levem consigo sentidos e significados.

> Os meios de comunicação não são meras formas de transporte de informações, mas dotados de textos que revelam significados culturais criados em determinados períodos históricos e que estão ligados a transformações comportamentais e mudanças intelectuais objetivas nos receptores. Assim, as mídias ‘controlam’ a massa através de suas publicações e espetáculos. Utilizam-se, antes, de histórias únicas para formatar sua audiência e criar estereótipos. (ALVES; ALVES *apud* CAVALCANTI, 2022, p. 6).

Cavalcanti (2022) traz em seu trabalho a ideia de Kilomba (2019) de que o discurso é carregado de poder. Para Cavalcanti (2022), não há uma forma de ter um discurso neutro ou imparcial.

> Todos nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e realidade específicas – não há discursos neutros. Quando acadêmicas/os brancas/os afirmam ter um discurso neutro e objetivo, não estão reconhecendo o fato de que elas e eles também escrevem de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro nem objetivo ou universal, mas dominante. É um lugar de poder. (KILOMBA *apud* CAVALCANTI, 2022, p. 11)

Para as autoras Ana Paula Ribeiro e Danielle Ramos Brasiliense (2003), o jornalismo é responsável por criar a mediação entre o sujeito e o mundo através da notícia, como uma forma de assim gerir suas memórias.

> É interessante pensar que a maior parte dos chamados fatos da atualidade, aqueles que adquirem relevância social a ponto de se tornar fatos jornalísticos, são vividos por grande parte da população ‘por tabela’. Os meios de comunicação são, na contemporaneidade, os grandes mediadores entre os sujeitos e o mundo. (RIBEIRO; BRASILIENSE, 2003, p. 4-5)

Ribeiro e Brasiliense (2003) explicam que há duas formas de memória: a pessoal e a coletiva.

> Michael Pollak distingue dois tipos de memória, aquela relacionada a “acontecimentos vividos pessoalmente” e outra ligada a fatos “vividos pela

> coletividade". De uma forma ou de outra, Pollak afirma que a memória é sempre seletiva, resultado de enquadramentos, esquecimentos e silêncios. As memórias são construções sociais e não objetos naturais, fatos que possam ser tratados fora da linguagem que as formulam e as dinamizam. (POLLAK *apud* RIBEIRO; BRASILIENSE, 2003, p. 4)

Sendo assim, como afirma Pereira (2020) as seleções de notícias da mídia direcionam o pensamento e a opinião pública de modo a impactar a memória coletiva de uma população e criar um sentido e significado a partir das notícias lidas, como afirmam Ribeiro e Brasiliense (2003).

No processo de criação de memória, Pereira (2020) acredita que foi fundada uma memória coletiva do medo a partir da sucessiva postagem de notícias sobre a violência urbana no Rio de Janeiro. Pereira (2020) diz que reportagens sobre crimes tendem a relacionar o fato noticiado naquele momento com outras ocasiões de violência ocorridas em outras circunstâncias. Por exemplo, quando uma notícia sobre uma morte por ferimento de arma de fogo relembra que outra situação similar aconteceu anteriormente.

> Dito de outro modo: os casos são relacionados a outros supostamente semelhantes, registrados em outras ocasiões, como um assalto a um posto de gasolina que teria alguma equivalência com um dos episódios. Busca-se, assim, estabelecer um fluxo criminoso inerente ao Rio de Janeiro, ou dar qualquer sentido à violência aleatória comum às grandes cidades. (PEREIRA *apud* MATEUS, 2020, p. 102)

Pereira (2020, p. 41) afirma que "o acúmulo de notícias, no decorrer de décadas, sobre o crime e a violência urbana consolida, na população, o sentimento de que se vive em uma sociedade insegura e, nas autoridades governamentais, a importância de realizar uma agenda em que a lei e a ordem sejam prioridades".

Essa seria então uma forma do jornalismo pautar tanto o leitor, quanto os governos. Azevedo e Barbosa (2019) concordam com Pereira (2020) e analisam ainda que essa acumulação gera vantagens para alguns grupos sociais em detrimento de outros, enquanto legitimam certos processos. As autoras (2019) trazem a complexidade social, apresentada por Misse, com quem dialogam.

> O autor apresenta a 'acumulação social da violência' que, além de não fugir da representação social, 'comparece em seu triplo sentido de práticas representadas e acusadas como de violência interpessoal, de violência estatal e de coercitividade da estrutura social'". (MISSE *apud* AZEVEDO; BARBOSA, 2019, p. 128-129)

A acumulação social da violência citada pelas autoras pode ser responsável por naturalizar a cultura da violência. "O que finda por construir uma cultura da violência ou 'a

banalização do mal', para empregar expressão de Hannah Arendt" (ARENDT *apud* AZEVEDO; BARBOSA, 2019, p. 129). Para Pereira (2020), esse processo acontece porque o leitor tem o pensamento tendencionado.

> Em consequência da ação dos jornais, da televisão, e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo. (WOLF *apud* PEREIRA, 2020, p. 98)

Cavalcanti (2022) explica que o fazer jornalístico tem privilegiado locais e pessoas, principalmente de acordo com as condições financeiras, na hora de hierarquizar a relevância dos acontecimentos.

> Para Moraes e Veiga da Silva, [...] a hierarquia de lugares e pessoas, critério noticioso objetivo, venceu a magnitude e o número de envolvidos porque quem morre – e onde morre – são questões mais valorizadas pelo jornalismo e sua objetividade excludente. (MORAES; VEIGA DA SILVA *apud* CAVALCANTI, 2022, p. 19)

Pereira (2020) concorda, ao analisar matéria sobre a pacificação das comunidades no Rio de Janeiro através de um projeto de segurança pública, e diz que a cobertura jornalística é diferente quando se trata de territórios favelados.

> A narrativa midiática silencia, reduz ou busca justificar as violações de direitos humanos e de liberdades sob o argumento de que são necessários sacrifícios por parte dos moradores afetados para que se chegue ao objetivo final da pacificação das favelas, onde reside cerca de um quarto da população do Rio de Janeiro. (PEREIRA, 2020, p. 140)

É sobre esses prejuízos para determinados segmentos sociais que Azevedo e Barbosa (2019) falam em seu artigo. Para as autoras (2019), a cobertura da morte de negros, pardos e favelados acaba servindo a um projeto governamental da naturalização da violência.

> Enquanto o Estado e o mercado atuam, a mídia tradicional funciona para dar legitimidade à ação de ambos, como a morte real e simbólica. Mesmo quando noticia as mortes, na maioria das vezes o faz a partir do jornalismo de declaração, em que uma autoridade é ouvida em contraste com outra versão. As demais são ignoradas. É comum a vítima ser apenas um corpo, sem família, sem parentes e sem sociabilidade. Desse modo, a narrativa da construção de um inimigo perigoso, o corpo negro que precisa ser abatido, acaba sendo aceita por parte da sociedade. (AZEVEDO; BARBOSA, 2019, p. 133)

A partir do trabalho de Azevedo e Barbosa (2019) é possível compreender que a cobertura jornalística feita desse modo, gera o medo social contra homens negros através da narrativa midiática. Para Ribeiro e Brasiliense (2003, p. 8), o processo acontece porque as informações são selecionadas e pulverizadas, de modo "a inaugurar um sentido mínimo que anula realidades importantes para pensar o fato".

Albuquerque (2016) afirma que os negros estão em um lugar estereotipado na narrativa midiática, principalmente televisiva. A autora diz que o afro-brasileiro aparece em noticiários em contexto de pobreza ou criminalidade, quando não está no clichê do preto pobre que superou dificuldades e é bem sucedido

> Dessa forma, a televisão transmite à sociedade a ideia de que a população negra existe enquanto pobre e criminosa, pois, caso não se encaixe nesses estereótipos, é praticamente invisibilizada nas telas. Tal tratamento contra os afrodescendentes fere a autoestima negra, pois a imagem transmitida retrata o afro-brasileiro como um ser predestinado à condição de eterna inferioridade. (ALBUQUERQUE, 2016, p. 52)

Albuquerque (2016) reforça que o estereótipo do negro na TV o coloca em uma posição social de inferioridade, e relembra que não é uma narrativa que nasceu contemporânea.

> No período colonial, os afrodescendentes apareciam nos jornais como mercadorias e infratores ou como escravos obedientes e fiéis. Atualmente, segundo o autor, eles estão destinados a ocuparem dois espaços: 'É o criminoso e carente, por um lado; e o cidadão (negro) de sucesso, o exemplo de superação, por outro'. (FERRO *apud* ALBUQUERQUE, 2016, p. 24)

O acúmulo de notícias sobre a violência e suas narrativas na mídia podem impactar também o percebimento social da situação, conforme pensa Albuquerque (2016)

> Existe a naturalização da violência com o objetivo de manter a ordem social e, a partir de um dado momento, essa prática passa a ser despercebida de tão naturalizada na sociedade. Além disso, Paiva pondera que a violência pode até mesmo se transformar em espetáculo devido à midiatização. 'A mídia naturaliza versões e noções definidoras de padrões e estigmas, funcionando como a mais eficaz estrutura na corroboração de valores e na função de agenciadora do senso comum'. (MARTINS *apud* ALBUQUERQUE, 2016, p. 34-35)

Martins (2018) acrescenta que a mídia criou um estereótipo do homem negro violento já que "as singularidades e mesmo as habilidades dos afrodescendentes não são visibilizadas na mídia. Em contraposição, são amplas as repercussões de sujeitos de pele escura, mostrados como criminosos, pobres, favelados, marginais, noticiados cotidianamente e naturalmente" (MARTINS, 2018, p. 64).

Adichie (2019) pensa que as situações contadas a partir de uma única perspectiva, que ela chama de "história única", é uma das formas de impulsionar estereótipos na sociedade.

> A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história [...] A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. (ADICHIE, 2019, p. 14)

3.3 A verdade única do jornalismo nas coberturas sobre violência em favelas do Rio

Chimamanda Ngozi Adichie realizou uma palestra no *TedTalks* em 2009[11] e posteriormente o seu discurso foi transformado no livro intitulado O Perigo de uma História Única (2019). Adichie (2019) pensa que uma história única acerca de uma pessoa, povo ou lugar é simplificar aquilo a uma única narrativa.

As histórias únicas podem ser sobre muitas coisas. Para ilustrar, Adichie (2019), que é nigeriana, conta que durante sua graduação nos Estados Unidos, a colega de quarto sentia pena dela antes mesmo de conhecê-la, por conta das diversas vezes em que ouviu sobre as catástrofes e pobrezas na África.

> Minha colega de quarto tinha uma história única da África: uma história única de catástrofe. Naquela história única não havia possibilidade de africanos serem parecidos com ela de nenhuma maneira; não havia possibilidade de qualquer sentimento mais complexo que pena; não havia possibilidade de uma conexão entre dois seres humanos iguais. (ADICHIE, 2019, p. 9)

O processo de criação de histórias únicas, para Adichie (2019), acontece quando determinado segmento é contado a partir de uma só voz, como no caso da África, em que pouco se encontra literatura que conte as narrativas a partir das perspectivas dos africanos.
"É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna" (ADICHIE, 2019, p. 12).

Cavalcanti (2022) explica o conceito da autora:

> Para Adichie, insistir apenas nas histórias negativas é simplificar a experiência de alguém e não olhar para as muitas outras histórias que formam uma pessoa. [...] Consequentemente, a história única rouba a dignidade das pessoas, torna difícil o reconhecimento de uma humanidade comum e enfatiza as diferenças. (ADICHIE *apud* CAVALCANTI, 2022, p. 15)

Adichie (2019) reforça que o discurso é uma forma de poder. E, dependendo de quem fala e de onde fala, o fazer discursivo é uma forma de endossar uma hegemonia, que é o domínio de uma classe em detrimento de outra a partir de um consenso, conforme explica Albuquerque (2016).

> É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer 'ser maior do que outro'. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são

[11] Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt. Acesso em 17 de outubro de 2023.

> contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. (ADICHIE, 2019, p. 12)

Cavalcanti (2022), em seus estudos, buscou entender como o jornalismo cria histórias únicas sobre grupos sociais.

> No jornalismo, essas histórias únicas são criadas quando se retrata o Outro de maneira simplória, sem levar em conta a trama complexa de realidades que compõem a subjetividade daqueles indivíduos. Isto é, as posições raciais, geográficas, de classe, gênero, sexualidade e suas inscrições na estrutura social brasileira. (CAVALCANTI, 2022, p. 21)

Como citado anteriormente, Martins (2018) diz que o jornalismo retrata jovens negros de maneira violenta e esteriotipada, de modo que o imaginário social dessa classe e raça não vá além da imagem do suspeito. Dessa forma, através do impacto das notícias o público é condicionado a temer homens pretos no contexto da convivência em sociedade.

Para Azevedo e Barbosa (2019), é criado um ser social de não sujeito a partir de uma tripla combinação entre Estado, mercado financeiro e mídia, que para as autoras tem um sentido racista.

> A combinação racista do Estado com o mercado financeiro e com a mídia gera uma imagem social de não sujeito (indesejado, improdutivo, não consumidor e sem aparência), ancorada na narrativa semiótica do racismo, ou seja, apenas um corpo negro. Esses três elementos conseguiram restabelecer a morte social e a negação ontológica, presentes durante o período da escravidão, e impõe uma reflexão no campo das ciências sociais. Colocar o tema do racismo na agenda pública tornou-se urgente e uma obrigação social. O silêncio de parte da população, como no nazismo, denota cumplicidade e a cada palavra não dita, a cada protesto não feito, a cada comoção seletiva, é um disparo que se dá, logo se faz necessário romper com a imobilidade e assumir a responsabilidade social. (AZEVEDO; BARBOSA, 2019, p. 138)

Albuquerque (2016) explica que

> A mídia exclui a imagem da pessoa negra como ‘sujeito singular’ ao defini-la no lugar de criminoso ou suspeito. A autora analisa que esse meio oferece aos afrodescendentes a ‘comunicação simbólica do silêncio’ e, assim, ocorre a negação do sujeito ao ressaltar o seu lado negativo. (MARTINS *apud* ALBUQUERQUE, 2016, p. 27)

Como Martins (2018) cita a representação do corpo negro na cobertura jornalística relacionada à violência, a autora explica ainda que

> A corporeidade está, assim, associada ao conceito de alteridade, proposto por Jodelet, não apenas na relação do eu com o Outro, que se dá na construção social, mas como um modo duplo de ‘construção’ e de ‘exclusão social’ [...] Já o segundo processo, o da ‘exclusão social’, está relacionado à imagem estereotipada do negro, veiculada pela mídia, enquanto ladrão ou suspeito, em primeiro lugar, o que gera baixa autoestima e menos valia em todas as relações sociais. (MARTINS, 2018, p. 27)

O termo mundo da vida de Hannah Arendt é citado por Martins (2018) para explicar o processo de exclusão social, onde o cotidiano de uns não é o mesmo de outros. Esse sistema é impulsionado pela mídia

> Esse cenário é camuflado pelo que Sodré chama de processo de midiatização, que dificulta novas possibilidades, uma vez que opera na esfera do consumo, do capital. Com a midiatização, o direito de representar o mundo é tomado para si, pela mídia, e essa representação se dá em todas as esferas e está de tal forma imbricada nas relações sociais e culturais que, em última instância, tudo se transforma em mediação tecnológica. (MARTINS, 2018, p. 34)

Nas narrativas jornalísticas, os textos das reportagens são amarrados como uma costura de vozes, seja uma fonte institucional, um personagem ou posicionamento. O ideal é que as matérias não tenham o costume de ter apenas um lado de uma história. Martins (2018) define que a escolha dessas vozes deveria ser mais criteriosa. “Na esfera midiática, no entanto, no lugar da polifonia dos sujeitos singulares, os espaços são preenchidos por notícias escolhidas, por fatos narrados que compõem, cada vez mais, a autorreferência do veículo.” (MARTINS, 2018, p. 57)

Isso porque, para Martins (2018), alguns padrões repetidos na mídia influenciam na criação de estigmas

> As opções para aprofundamentos de questões sociais importantes, como as assimetrias das relações raciais no Brasil são poucas, porque ‘a mídia naturaliza versões e noções definidoras de padrões e estigmas, funcionando como a mais eficaz estrutura na corroboração de valores e na função de agenciadora do senso comum’. (PAIVA *apud* MARTINS, 2018, p. 35)

Ao se tratar de raça e classe, esses padrões midiáticos colocam o negro na condição de bandido, suspeito ou até mesmo um ser exótico quando o personagem não se encaixa no perfil criminoso. “A mídia, ao escolher e orientar a pauta cotidiana, na qual o negro tem um lugar - quando não identificado como bandido ou suspeito, aparece como ingênuo ou exótico - , contribui para apagar a imagem do afrodescendente como um sujeito singular.” (HALBWACKS *apud* MARTINS, 2018, p. 62)

Albuquerque (2016) explica que a elite é a grande produtora e reprodutora desses preconceitos, através do discurso e principalmente da mídia. Para Albuquerque (2016), a seleção jornalística das notícias gera uma segregação das informações.

> A televisão carrega consigo a dramatização e, por isso, ‘[...] Em relação aos subúrbios, o que interessará são as rebeliões’. Então é possível associar que, em relação à população negra, o que interessará é a pobreza e a criminalidade, já que esses são os lugares estabelecidos para essa categoria. (BOURDIEU *apud* ALBUQUERQUE, 2016, p. 30)

Mbembe (2010, p. 133) reforça que as zonas de conflito, onde imperam a guerra e a desordem, são locais "que por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da 'civilização'". No caso do Rio de Janeiro, essas zonas de conflito refletem-se nas favelas que enfrentam o cotidiano da violência armada e da presença policial nos territórios.

É nessa realidade dura e conflituosa que inocentes são mortos por ferimentos de armas de fogo, muitas vezes ainda na infância. Até o início de outubro de 2023, o Instituto Fogo Cruzado (2023) tinha contabilizado oito crianças mortas por arma de fogo no Rio de Janeiro. Ao todo, 18 crianças tinham sido baleadas.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), em 2021 o número de mortes decorrentes de intervenções policiais, em serviço ou de folga, diminuiu em relação a 2020 no Brasil, mas em contrapartida no Rio de Janeiro houve um aumento de 8,9%. Já no levantamento feito em relação ao ano de 2022 e publicado pelo Fórum de Segurança Pública em 2023, o número apresentou uma queda de 2%.

Em relação a 2022, o levantamento mostra que 13,6% das mortes violentas intencionais ocorreram em decorrência de intervenções policiais. No Rio de Janeiro, a mesma proporção chega a 29,7%.

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) apontam que o Rio de Janeiro ficou em quarto lugar no ranking de estados com mais mortes em decorrência de intervenções policiais no ano de 2021, mas no ano seguinte o RJ passou a ocupar a terceira posição. Vale ressaltar que em 2021 aconteceu a operação mais letal da história do estado, onde 28 pessoas foram mortas após uma incursão da Polícia Civil na favela do Jacarezinho, na Zona Norte. O levantamento produzido pelo Fórum de Segurança Pública (2023) ressalta que há um perfil para os mortos

> Os dados que permitem construir o perfil das vítimas da letalidade policial mantém a faceta evidente e consolidada historicamente do racismo que estrutura a sociedade brasileira. 83% dos mortos pela polícia em 2022 no Brasil eram negros, 76% tinham entre 12 e 29 anos. Jovens negros, majoritariamente pobres e residentes das periferias seguem sendo alvo preferencial da letalidade policial e, em resposta a sua vulnerabilidade, diversos estados seguem investindo no legado de modelos de policiamento que os tornam menos seguros e capazes de acessar os direitos civis fundamentais à não-discriminação e à vida. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023, p. 66)

Azevedo e Barbosa (2019) observam que essas mortes, ou ferimentos, não geram comoção nos meios de comunicação, nem na sociedade. "Embora os estudos apontem um

decréscimo da taxa de homicídios em alguns estados, dentre eles o Rio de Janeiro, o fato é que a cultura da violência foi instituída como legitimadora da prática e tais estatísticas não geram mais do que uma repercussão midiática momentânea." (AZEVEDO; BARBOSA, 2019, p. 129)

Albuquerque (2016) dialoga com as autoras (2019) no quesito da naturalização da morte de afrodescendentes no Brasil e que as narrativas jornalísticas, em vez de questionar a responsabilidade estatal, coloca em dúvida a idoneidade das vítimas.

> Ela tem uma postura crítica em relação à violência sofrida pelas pessoas menos favorecidas, especialmente quando se trata da população negra, por vezes colocando-as como réus ou culpadas. 'A mídia é, em grande parte, a responsável pelo estereótipo do jovem pobre, negro e consequentemente, criminoso. É como se a esse jovem fosse vetado o direito de produzir outra coisa que não violência.' Ao colocar os jovens negros como suspeitos ou culpados, a mídia auxilia a legitimar os assassinatos. (SILVA *apud* ALBUQUERQUE, 2016, p. 33)

Para Ramos e Paiva (2008) os jovens são pouco entrevistados nos grandes jornais e redes de TV, principalmente jovens de favelas e periferias.

> Esses jovens são permanentemente estigmatizados com as imagens que os associam a potenciais criminosos, com as notícias que reforçam e 'confirmam', por assim dizer, a cada dia, as expectativas. O que, por sua vez, favorece mais exclusão, mais violência, menos saída, menos futuro. (RAMOS; PAIVA, 2008, p. 38)

Em seu estudo sobre as operações policiais durante a tentativa de pacificação das comunidades cariocas, Pereira (2020, p. 149) afirma que "como a ação policial rigorosa contra os traficantes se dá na favela, danos colaterais são percebidos como inevitáveis" e que parece prevalecer a lógica de que "é preciso aguentar as mortes e outras violações de direitos humanos e de liberdades civis, pois o melhor ainda está por vir" em prol de um suposto combate à violência (BATISTA *apud* PEREIRA, 2020, p. 168).

A obra de Ramos e Paiva (2008) sobre os desafios da mídia na cobertura da violência, criminalidade e segurança pública no Brasil traz reflexões de como o trabalho vem sendo feito e quais os caminhos para consertar os erros jornalísticos nas próximas gerações. As autoras questionam o perfil de classe, cor, gênero e idade das vítimas de homicídios no país e afirmam

> De fato, estão em curso do Brasil, há pelo menos duas décadas, dinâmicas que resultam numa matança que alguns analistas comparam a um genocídio: "jovens pobres e negros que morrem e matam num enfretamento autofágico e fratricida, sem quartel, sem bandeira e sem razão", como descreveu magnificamente Luiz Eduardo Soares (SOARES *apud* RAMOS; PAIVA, 2008, p. 31)

Para Ramos e Paiva (2008), o jornalismo desempenha um papel que é cada vez mais importante no debate público sobre a violência no país, mas que a mudança é fundamental no trabalho jornalístico uma vez que "os jornais influenciam a opinião da sociedade e motivam e fiscalizam a implantação de políticas de Estado" (RAMOS; PAIVA, 2008, p. 31-32).

Ramos e Paiva (2008) entrevistaram diversos jornalistas que já são consagrados na profissão e também especialistas do ramo da segurança pública para endossar a pesquisa. Muitos dos comunicadores apontaram a necessidade de repensar as coberturas factuais por conta da responsabilidade social do jornalismo.

Na obra de Ramos e Paiva (2008), Plínio Fraga, que era então chefe de reportagem da sucursal da Folha de S. Paulo no Rio de Janeiro disse que

> Jornal que só pensa na edição do dia seguinte está fadado a morrer. É preciso pensar sempre a longo prazo, com matérias que fujam do fato, do que aconteceu ontem, e em seu lugar apontar tendências. Este é o papel do jornal. Estar mais perto da reflexão, mostrar um direcionamento e cobrar de governos. E é isso que os jornais ainda fazem pouco na área da segurança pública. (RAMOS; PAIVA, 2008, p. 36)

Ramos e Paiva (2008) trazem a reflexão de que as narrativas jornalísticas devem não só olhar para o crime e o noticiar, mas olhar o entorno e se questionar, por exemplo, se houve descumprimento de direitos humanos ali, para que a cobertura seja o mais responsável possível.

No entanto, algumas mudanças podem parecer distantes de serem alcançadas por conta da urgência pelas notícias promovida pelo *hard news* e a necessidade de apurações ágeis. Como uma proposta de melhoria nas coberturas jornalísticas sobre violência e segurança pública, as autoras dizem que as especializações podem ser um caminho para a mudança.

> Portanto, programas de especialização para jornalistas deveriam ser estimulados tanto por redações e centros de estudos e pesquisas, como pelas próprias polícias. Tudo indica que apenas o esforço conjunto de redações, gestores da segurança pública e pesquisadores acadêmicos pode favorecer a qualificação e especialização dessa cobertura. (RAMOS; PAIVA, 2008, p. 40)

Retomando as ideias de Adichie (2019), é possível notar que atualmente o trabalho midiático promove histórias únicas sobre as favelas cariocas, uma vez que a voz dos moradores desses territórios não costumam ser ouvidas e que a mídia noticia cotidianamente o caráter violento do cotidiano dessas populações, e não conta sobre cultura, lazer, educação e outros setores da vasta gama de produções positivas das favelas.

4. Análise das reportagens

O presente capítulo é destinado à análise de três reportagens publicadas na versão online do jornal Extra sobre a chacina da Maré de setembro de 2022. O jornal foi escolhido por ser de grande circulação entre os leitores e o intuito é ver como o fato foi abordado pelo canal.

Pretende-se verificar se foi criada uma história única sobre a chacina e como, de fato, as mortes foram tratadas pelos jornalistas. Baseando-se no que Azevedo e Barbosa (2019) dizem sobre as mortes de pretos e favelados não gerarem comoção midiática, um dos objetivos é analisar como a mídia repercutiu a morte de José Henrique da Silva.

Para além da morte de Zé Careca, como era chamado, vamos observar o tratamento dado às outras vítimas. A primeira reportagem a ser trabalhada é sobre a notícia inicial da operação, onde já se contava com cinco mortes e impactos nas vias expressas e, consequentemente, na rotina da parcela da população que vive fora da comunidade.

A segunda matéria é a versão familiar de que José Henrique da Silva era um homem trabalhador sem envolvimento com o crime, e a terceira e última notícia o sepultamento dele.

4.1 O dia do caos: o início da operação policial e seus desdobramentos pela cidade

A primeira matéria do Extra sobre o que acontecia no Complexo da Maré na data de 26 de setembro de 2022 foi às 6h30 do mesmo dia, cerca de 1h30 após os primeiros relatos de violência policial, elaborada pelos repórteres Carolina Freitas e Felipe Grinberg. A reportagem foi atualizada pela última vez às 19h42 do dia 26, ao menos até a data em que foi consultada para este trabalho.

Figura 1: Motoristas e passageiros se abrigam dos tiros em vias expressas do Rio



Fonte: Jornal Extra[12]

Intitulada de "Operação na Zona Norte do Rio deixa pelo menos sete mortos; até o momento 26 pessoas foram presas", a reportagem, inicialmente, não deixa claro o local onde acontecia a incursão policial, tão menos qual seria a polícia responsável.

Na parte que é chamada de abre da matéria, que fica no topo das reportagens, logo após o título, vem a imagem de motoristas e passageiros de um ônibus se abrigando dos tiros na mureta de uma via expressa. Um deles chega a usar os degraus do coletivo para se proteger.

Em seguida, no primeiro parágrafo da reportagem, é dito que "Sete homens morreram e outros 26 foram presos durante uma operação realizada pela Polícia Civil e a Militar desde as primeiras horas desta segunda-feira, na Vila Pinheiro e na Vila do João, no Complexo da Maré, Zona Norte do Rio" (FREITAS; GRINBERG, 2022, n.p). Logo após, a matéria contabiliza o material ilícito que foi apreendido, como drogas e veículos roubados.

O segundo parágrafo informa que, de acordo com o Hospital Federal de Bonsucesso, sete pessoas foram levadas mortas, enquanto seis estavam internadas e outras duas tiveram alta médica, todas em decorrência da operação policial.

Já no terceiro e quarto parágrafos, em resumo, as informações contidas são sobre a facção que domina os territórios alvos da incursão, sobre os intensos tiroteios relatados e a versão policial de que "os mortos são suspeitos e estavam com quatro fuzis e uma pistola.

[12] Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/operacao-na-zona-norte-do-rio-deixa-pelo-menos-sete-mortos-ate-momento-26-pessoas-foram-presas-25578310.html. Acesso em: 2 de outubro de 2023.

Parte da droga apreendida foi encontrada com o auxílio do Batalhão de Ações caninas" (FREITAS; GRINBERG, 2022, n.p).

Somente no quinto parágrafo os repórteres citam que havia a versão de que um dos mortos não tinha envolvimento com o tráfico de drogas. A informação dada nessa primeira reportagem era que "uma pessoa que se diz neta de um dos mortos da operação afirmou que o avô trabalhava em uma barraca no baile funk da região" (FREITAS; GRINBERG, 2022, n.p), e insere uma frase que teria sido dita pela neta, nas redes sociais, afirmando que José Henrique não tinha a ver com o tráfico de drogas.

Figura 2: Reportagem afirma que neta nega envolvimento do avô com o crime

Nas redes sociais, uma pessoa que se diz neta de um dos mortos da operação afirmou que o avô trabalhava em uma barraca no baile funk da região:

" Meu avô não era bandido, era trabalhador, tinha a barraca dele no baile, mas era trabalhador, ali era o ganha pão dele", diz.

Operação: Criminosos do Complexo da Maré fazem live para se entregar à polícia

Assustados com a troca de tiros, motoristas que passavam pela Linha Vermelha e Linha Amarela voltaram na contramão. Alguns deles buscaram se esconder atrás de muros e dos próprios veículos com medo de serem atingidos por disparos. As vias ficaram fechadas nos dois sentidos por aproximadamente 30 minutos pela manhã.

Fonte: Jornal Extra[13]

É necessário ressaltar, de antemão, que essa é a única vez que a inocência de José Henrique da Silva é citada nessa matéria, e ainda assim a credibilidade da informação é colocada em xeque. Ao destituir o informante de identidade, dizendo que essa pessoa se diz neta da vítima, gera a incompreensão se aquela afirmação é verídica. Os dois parágrafos seguintes falam do pavor dos motoristas e passageiros que precisaram se abrigar dos tiros nas Linhas Vermelha e Amarela, além da recomendação do Centro de Operações do Rio para que as vias fossem evitadas em decorrência da violência.

A versão das polícias e do governador ocupam outros quatro parágrafos, para então os momentos de pânico dos cariocas serem detalhados em mais cinco parágrafos. Dados de violência são adicionados e informam que o número de mortos na área da Maré durante ações policiais foi menor do que no ano anterior. Só então foram detalhados os serviços essenciais suspensos, como educação e saúde, e a reportagem é encerrada.

---

[13] Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/operacao-na-zona-norte-do-rio-deixa-pelo-menos-sete-mortos-ate-momento-26-pessoas-foram-presas-25578310.html. Acesso em: 2 de outubro de 2023.

Isto é, se um morador do Complexo da Maré buscasse se informar sobre o funcionamento de determinada Clínica da Família, não conseguiria fazê-lo sem que lesse a reportagem por inteira.

Cavalcanti (2022) cita que no cotidiano das redações, muitas vezes reportagens são produzidas sem que haja contato com a realidade narrada para o público.

> Moraes, enquanto agente e observadora da práxis jornalística ao mesmo tempo, afirma que: Cotidianamente, produzimos notícias sobre uma realidade com a qual tínhamos efetivamente pouco contato, levando falas 'do povo' até as páginas de maneira industrial, rápida (muitos e muitas repórteres com três, quatro, matérias em um único dia), produzindo a errônea ideia de uma 'inclusão', de democracia. [...] Tecnicamente, nossa função era apenas reportar 'o outro' de maneira neutra, batermos o ponto e irmos para nossas casas cobertos pelo manto da imparcialidade. (MORAES *apud* CAVALCANTI, 2022, p. 21)

Um outro detalhe que deve ser citado é que, mesmo após a publicação de matérias alegando a inocência de José Henrique da Silva, a primeira reportagem não foi atualizada com essa versão, dando maior ênfase ao que era dito pela polícia e pelo governador Cláudio Castro.

4.2 O luto: a versão da família para um dos mortos da chacina

A segunda matéria foi publicada às 12h07 do dia seguinte à operação policial, cerca de 30 horas após a morte de José Henrique da Silva depois que a polícia invadiu o local onde acontecia o baile funk. O repórter Rafael Nascimento de Souza foi o responsável por essa publicação, e pela cobertura do enterro, que será analisada em seguida. O título evidencia a versão da família da vítima e o coloca em um lugar de inocente: "Família de barraqueiro morto em operação na Maré nega ligação com o tráfico; PM diz que homem trocava tiros com militares" (DE SOUZA, 2022, n.p).

Figura 3: Versão da família para a morte de José Henrique da Silva

Família de barraqueiro morto em operação na Maré nega ligação com o tráfico; PM diz que homem trocava tiros com militares



Rafael Nascimento de Souza

Fonte: Jornal Extra[14]

Mesmo com a versão familiar em evidência, a afirmação da polícia ainda é inserida no título, criando uma contraposição entre as afirmações. O primeiro parágrafo da reportagem coloca a versão da polícia sob dúvida ao dizer que apesar de a PM dizer que todos os mortos estavam envolvidos com o crime e que atiraram contra os policiais, a família de José Henrique da Silva desmentia a informação. Ainda nesse parágrafo, o repórter deixa subentendido que ele pode ter sido atingido por disparos de bandidos ao dizer que "De acordo com parentes, o comerciante teria sido alvejado por um tiro supostamente disparado por policiais militares quando estava indo entregar mercadorias numa barraca na Vila do João" (DE SOUZA, 2022, n.p).

Em seguida, a matéria segue com a versão policial de que ele atirou primeiro e que chegou a ser socorrido por policiais militares até o Hospital Federal de Bonsucesso. Mas o texto informa que as Polícias Militar e Civil averiguariam as circunstâncias da morte de José Henrique.

Depois disso, a reportagem traz o relato da enteada da vítima

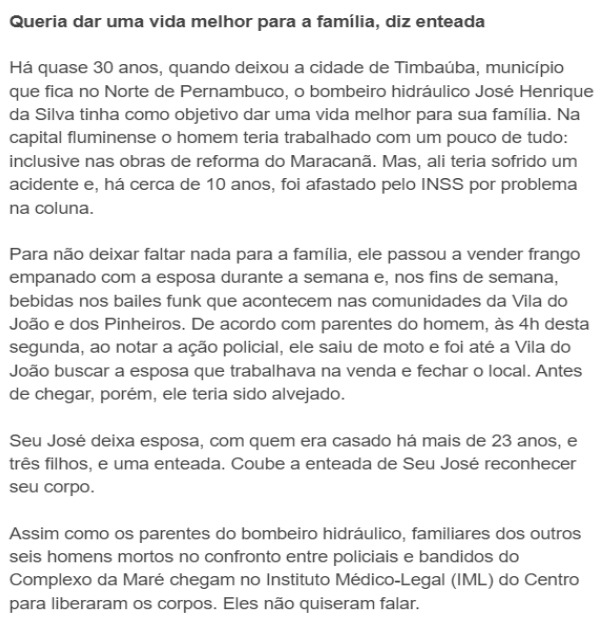
> Ele era trabalhador, bombeiro hidráulico e trabalhava como barraqueiro dentro da comunidade para ter uma renda a mais para a família. Ele estava voltando de casa para repor a mercadoria da barraca onde trabalha com a mãe — contou a técnica de enfermagem, de 41 anos, enteada do homem. —

[14] Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/familia-de-barraqueiro-morto-em-operacao-na-mare-nega-ligacao-com-trafico-pm-diz-que-homem-trocava-tiros-com-militares-25579245.html. Acesso em: 2 de outubro de 2023.

> Ele foi abordado naquela troca de tiros. Foi isso que os moradores contam. Quando ele passou, a polícia deve ter pensado que ele era bandido e atirou. A comunidade toda conhece ele. A gente só quer que ele não seja taxado como bandido. Ele não era. Era trabalhador. A gente só quer esclarecer. Ele não merece morrer do jeito que morreu e ter a imagem dele completamente suja. Meu padrasto morava lá há mais de 30 anos. Só com a minha mãe ele tem mais de 23 anos de casado. Ele era muito alegre, feliz, gostava da vida. Ele era pela família. Um pai para mim. É muito triste para a gente. Não tenho palavras — finaliza a mulher. (DE SOUZA, 2022, n.p)

Após a emocionada fala da enteada, outros três parágrafos são ocupados contando a história de vida e trajetória de José Henrique da Silva.

Figura 4: Morto era pernambucano e queria vida melhor para os filhos



Queria dar uma vida melhor para a família, diz enteada

Há quase 30 anos, quando deixou a cidade de Timbaúba, município que fica no Norte de Pernambuco, o bombeiro hidráulico José Henrique da Silva tinha como objetivo dar uma vida melhor para sua família. Na capital fluminense o homem teria trabalhado com um pouco de tudo: inclusive nas obras de reforma do Maracanã. Mas, ali teria sofrido um acidente e, há cerca de 10 anos, foi afastado pelo INSS por problema na coluna.

Para não deixar faltar nada para a família, ele passou a vender frango empanado com a esposa durante a semana e, nos fins de semana, bebidas nos bailes funk que acontecem nas comunidades da Vila do João e dos Pinheiros. De acordo com parentes do homem, às 4h desta segunda, ao notar a ação policial, ele saiu de moto e foi até a Vila do João buscar a esposa que trabalhava na venda e fechar o local. Antes de chegar, porém, ele teria sido alvejado.

Seu José deixa esposa, com quem era casado há mais de 23 anos, e três filhos, e uma enteada. Coube a enteada de Seu José reconhecer seu corpo.

Assim como os parentes do bombeiro hidráulico, familiares dos outros seis homens mortos no confronto entre policiais e bandidos do Complexo da Maré chegam no Instituto Médico-Legal (IML) do Centro para liberaram os corpos. Eles não quiseram falar.

Fonte: Jornal Extra[15]

Conforme conta a reportagem, José Henrique da Silva era pernambucano, mas morava no Rio de Janeiro havia 30 anos em busca de uma vida melhor para a família. Foi na atividade de bombeiro hidráulico que ele se lesionou durante as obras de reforma do estádio do Maracanã e teve que se aposentar. Após a aposentadoria, ele e a esposa passaram a ser comerciantes para que a renda não fosse comprometida. Foi durante uma madrugada de venda de bebidas que ele foi alvejado e morreu.

---

[15] Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/familia-de-barraqueiro-morto-em-operacao-na-mare-nega-ligacao-com-trafico-pm-diz-que-homem-trocava-tiros-com-militares-25579245.html. Acesso em: 2 de outubro de 2023.

O texto do Extra diz ainda que “Seu José deixa esposa, com quem era casado há mais de 23 anos, e três filhos, e uma enteada. Coube a enteada de Seu José reconhecer seu corpo” (DE SOUZA, 2022, n.p). Esse trecho foi conjugado no presente, gerando a compreensão do que ele perdeu ao morrer: uma família. A conjugação não deixa dúvidas de que ele de fato perdeu esses elementos.

No entanto, partes do texto que afirmam circunstâncias da morte são conjugados no futuro do pretérito, o que conotam incerteza das informações, por exemplo: “De acordo com parentes do homem, às 4h desta segunda, ao notar a ação policial, ele saiu de moto e foi até a Vila do João buscar a esposa que trabalhava na venda e fechar o local. Antes de chegar, porém, ele teria sido alvejado” (DE SOUZA, 2022, n.p). No primeiro parágrafo, o mesmo recurso linguístico é utilizado para falar sobre os disparos que ceifaram a vida de José Henrique: “De acordo com parentes, o comerciante teria sido alvejado por um tiro supostamente disparado por policiais militares quando estava indo entregar mercadorias numa barraca na Vila do João” (DE SOUZA, 2022, n.p).

Nessas duas partes, as informações são atribuídas aos familiares da vítima. Sobre isso, Pereira (2020) diz que é um “recurso estilístico tradicional do jornalismo de transferir a responsabilidade do depoimento para aquela fonte que está identificada no texto, eximindo os(as) repórteres de qualquer imprecisão sobre aquela informação” (PEREIRA, 2020, p. 111). Essa reportagem se encerra após resumir o episódio violento do dia anterior e informar que o policiamento foi reforçado nas vias expressas impactadas anteriormente.

4.3 A publicização da dor: a cobertura do sepultamento do homem morto na chacina

A terceira reportagem sobre a Chacina da Maré e a última a ser analisada neste trabalho de conclusão de curso é a cobertura do sepultamento de José Henrique da Silva. De início, é importante ressaltar que cobrir o enterro de uma vítima de ação policial passa por uma escolha editorial e pela gama de pessoas que compõem a teia de profissionais que produzem a comunicação. É uma das formas do jornalismo cumprir seu papel social de questionar e pressionar o Estado sobre investigações, por exemplo.

O primeiro parágrafo da reportagem diz que

> Foi enterrado na tarde desta quarta-feira (28) no Cemitério São Francisco Xavier, no Caju, o corpo do barraqueiro José Henrique da Silva, de 53 anos, conhecido como Seu Zé ou Zé Careca, morto na última segunda-feira, durante uma operação das Polícias Militar e Civil na Vila do João, no Complexo da Maré. À ocasião, outras seis pessoas foram mortas e outras 26 presas. A família afirma que o homem foi alvejado pela PM. Por sua vez, a

> corporação rechaça a informação e destaca que Silva era um dos suspeitos do tráfico de drogas na região. (DE SOUZA, 2022, n.p)

A versão policial continua em uma posição de destaque contrariando o que a família alega sobre a injustiça da morte de José Henrique da Silva, mas a informação de que a corregedoria da Polícia Militar vai apurar as circunstâncias dos fatos aparece em seguida no texto do Extra.

A viúva foi ouvida pela primeira vez pela reportagem e disse que a vida dele era dedicada aos amigos e aos animais que resgatava das ruas. Uma das falas dela explica o que aconteceu na madrugada da morte:

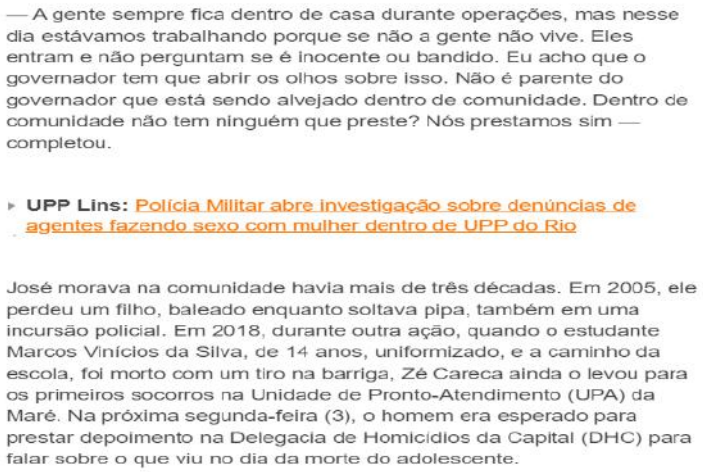
> Ele estava indo me buscar, porque ele sabe quando dá tiros eu fico nervosa. Ele, saindo de casa, foi alvejado e só depois viram que ele era morador. A gente mora em comunidade e algumas pessoas acham que todo mundo é traficante? Não, a gente só mora ali porque não temos condições de morar em um lugar melhor. (DE SOUZA, 2022, n.p)

A viúva questionou a ação da polícia e reforçou que

> Eles entram e não perguntam se é inocente ou bandido. Eu acho que o governador tem que abrir os olhos sobre isso. Não é parente do governador que está sendo alvejado dentro de comunidade. Dentro de comunidade não tem ninguém que preste? Nós prestamos sim (DE SOUZA, 2022, n.p).

Só após esse questionamento, a reportagem informa que o filho de José também morreu baleado durante uma incursão policial na mesma comunidade. O jovem estava soltando pipa quando foi atingido, em 2005. Em seguida, é a primeira vez que a cobertura destaca que José foi testemunha da morte de Marcos Vinícius da Silva, adolescente de 14 anos que foi morto com um tiro na barriga em 2018 enquanto ia para a escola, e que prestaria depoimento sobre o caso na próxima semana, o que poderia ser uma informação relevante para a construção de um outro olhar para a vítima.

Figura 5: Morto em ação policial era testemunha de assassinato de adolescente



— A gente sempre fica dentro de casa durante operações, mas nesse dia estávamos trabalhando porque se não a gente não vive. Eles entram e não perguntam se é inocente ou bandido. Eu acho que o governador tem que abrir os olhos sobre isso. Não é parente do governador que está sendo alvejado dentro de comunidade. Dentro de comunidade não tem ninguém que preste? Nós prestamos sim — completou.

▸ **UPP Lins:** Polícia Militar abre investigação sobre denúncias de agentes fazendo sexo com mulher dentro de UPP do Rio

José morava na comunidade havia mais de três décadas. Em 2005, ele perdeu um filho, baleado enquanto soltava pipa, também em uma incursão policial. Em 2018, durante outra ação, quando o estudante Marcos Vinícios da Silva, de 14 anos, uniformizado, e a caminho da escola, foi morto com um tiro na barriga, Zé Careca ainda o levou para os primeiros socorros na Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) da Maré. Na próxima segunda-feira (3), o homem era esperado para prestar depoimento na Delegacia de Homicídios da Capital (DHC) para falar sobre o que viu no dia da morte do adolescente.

Fonte: Jornal Extra[16]

Assim como o recurso do texto escrito no futuro do pretérito, as reportagens são construídas em terceira pessoa, e apenas a família foi tratada em primeira pessoa nos textos, além das notas emitidas pela Polícia Militar e o posicionamento do governador.

> Por outro lado, os textos dos telejornais, escritos em terceira pessoa, produzem efeito de objetividade e imparcialidade por tentarem se afastar de uma voz pessoal. A comum narração em off também opera desse modo, já que parece não haver uma opinião pessoal através dela. Acredita-se também que 'a credibilidade e o mito da neutralidade e da imparcialidade dão espaço para que o veículo construa a informação com certa liberdade. Assim os telejornais omitem, aumentam, diminuem e criam notícias'. (BECKER *apud* ALBUQUERQUE, 2016, p. 42)

A falta de imagens da vítima com a família ou em outras situações de sociabilidade também auxilia no processo de criação de uma história única. Na cobertura do enterro, apenas a foto do caixão foi utilizada. Enquanto na matéria anterior, apenas uma foto de rosto foi inserida.

Dessa forma, esse trabalho entende que, ainda que escondida no mito da imparcialidade, a narrativa jornalística criou uma história única sobre José Henrique da Silva, que foi retratado como o homem baleado que a família alega inocência, mas a polícia diz que ele atirou primeiro. Além disso, os outros seis mortos também foram tratados sob uma única narrativa, que é a de bandidos mortos. Sequer seus nomes foram divulgados nas matérias. Eles foram reduzidos a números.

---

[16] Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/corpo-de-barraqueiro-morto-em-operacao-policial-na-mare-enterrado-nesta-quarta-feira-25579926.html. Acesso em 2 de outubro de 2023.

5. Considerações finais

A partir dos estudos realizados no presente trabalho de conclusão de curso, foi possível perceber como o jornalismo influencia o imaginário social e a opinião pública. Como visto no trabalho, a comunicação cria os moldes do pensamento. E é nesse ensejo que é entendido que o trabalho jornalístico auxilia na criação de estereótipos sobre os moradores de comunidades afetadas pela violência urbana, sobretudo jovens negros e pardos.

O trabalho compreende que histórias únicas são criadas nas narrativas violentas, uma vez que a versão institucional é mais valorizada que a social, enquanto a voz dos populares é contraposta a de policiais, principalmente. As histórias únicas também são criadas quando personagens são retratados sob apenas um olhar, como no caso de José Henrique da Silva, que foi analisado como o barraqueiro morto que a polícia dizia ser bandido em todas as reportagens.

Zé Careca era além disso, homem nordestino, pai, acolhedor de animais, testemunha de homicídio de um menor de idade. Fatores como esses foram pouco retratados, e o uso de apenas uma foto do vendedor de bebidas reforça a identidade de vítima, e não de um homem com uma longa história para ser contada.

Quando se fala sobre a cobertura jornalística de casos policiais, é possível afirmar que a mídia naturaliza mortes violentas quando ocorridas em territórios pobres e negros, como são as favelas. Este trabalho conclui que cumpriu o objetivo da pesquisa de tentar compreender como os moradores dessas zonas de conflito são retratados pela mídia hegemônica. A comoção midiática poderia ser diferente se José Henrique da Silva tivesse sido morto na Zona Sul, por exemplo. Como foi no caso do menino Henry Borel, morto de forma cruel pelo padrasto e então vereador do Rio, o Jairinho. A criança de 4 anos morreu ao não suportar sessões de agressões cometidas pelo homem. Na época, a mídia se empenhou em cobrir todos os detalhes do caso, incluindo partes chocantes, e andamento da investigação por meses. Henry era uma criança branca, de uma família com ótimas condições financeiras e assassinado de uma forma covarde.

Enquanto isso, as reportagens criaram um não-lugar para os outros seis mortos, uma vez que não lhes ofereceram nome, rosto ou perfil. A cobertura sequer deu conta se os mortos foram sepultados, reconhecidos pela família ou enterrados como indigentes. Porém, as matérias não respondem detalhes sobre anotações criminais dos mortos, se ou quais deles estavam com materiais ilícitos no momento da abordagem, e sequer seus nomes. A versão policial sobressaiu completamente sobre essas outras vítimas, colocando-as no espectro do ser

matável.

No entanto, este trabalho não buscou identificar essas pessoas, ir até essas famílias e contar suas verdades sobre a mesma história, o que poderia servir de estudo sobre o controle policial acerca de moradores do Complexo da Maré.

Analisando também a escalada da violência no Rio de Janeiro, é possível entender que o governo trata territórios favelados como lugares de subsistência e aplica medidas violentas que são, muitas vezes, desproporcionais aos perigos supostamente oferecidos. Esses meios de violência afetam a realidade dos moradores e negam direitos a grande maioria, como acesso à educação.

O Complexo da Maré é um conjunto de comunidades com cerca de 140 mil habitantes. Mesmo assim, a cobertura do Extra deu conta de evidenciar os transtornos sofridos por aquelas pessoas que transitavam pelas vias expressas, mas não detalha o horror vivenciado por aqueles que sentiam o tremor nos seus telhados devido aos rasantes do helicóptero da polícia.

No entanto, a Maré é um lugar que produz cultura, gera líderes políticos, oferece educação e arte, mas é retratada apenas como um local violento, onde mortes acontecem e que a polícia pode realizar uma incursão a qualquer momento. As narrativas únicas dão a supor que não é de se espantar que alguém morra por um disparo de arma de fogo na Maré, ou que suspeitos sejam torturados por agentes do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar.

Essa também é uma forma de criar uma única narrativa sobre um fato, como se os impactos da violência urbana fossem direcionados somente aos outros cidadãos, mas nunca aqueles que estão cerceados por ela. As informações sobre os fechamentos de escolas e clínicas da família, por exemplo, foram pouco evidenciadas.

Ademais, é necessário compreender como o histórico da estigmatização afeta o homem negro no Brasil dentro do jornalismo para que não reforcemos histórias únicas sobre esses personagens, como a prática tem se revelado. Como foi estudado neste trabalho, a mídia não costuma gerar comoção sobre as mortes de pessoas negras faveladas, optando por manter o imaginário de um histórico cruel de escravidão e subserviência do povo preto neste país.

Uma outra abordagem possível e necessária são as medidas que devem ser tomadas para que o jornalismo faça os ajustes necessários para coberturas mais completas, uma vez que a integridade física é um obstáculo e não é sempre que há a possibilidade da apuração *in loco*.

Por fim, um estudo social que urge ser realizado é o debate sobre os efeitos físicos, psíquicos e morais das coberturas jornalísticas em moradores de comunidades, com foco nos

territórios que sofrem incursões violentas das polícias e populações que têm seus direitos negados. Como o jornalismo afeta esses povos? Essas são perguntas que ficam em aberto para novas investigações. Decerto nosso trabalho não atinge somente o leitor do asfalto, mas todos os que recebem esse material.

6. Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

ALBUQUERQUE, Cíntia Gonçalves. **A representação do negro no telejornalismo brasileiro.** 2016. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

AZEVEDO, Lídia Michelle Damaceno; BARBOSA, Zilda Martins. **Política de morte: a mira certeira sem comoção.** Mosaico, Rio de Janeiro, v. 11, n. 17, p. 127-140, 2019.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CASTRO, Cláudio. Hoje, as nossas polícias Civil e Militar impediram que traficantes fortemente armados se deslocassem na saída de uma festa clandestina na Maré para invadir outra comunidade. [...]. Twitter: @claudiocastroRJ. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2022. Disponível em: https://twitter.com/claudiocastroRJ/status/1574463509416509440. Acesso em 2 de outubro de 2021.

CAVALCANTI, Jeniffer dos Santos. **Colonialidade, história única e desumanização no jornalismo hegemônico: o caso dos meninos de Belford Roxo.** Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2022.

DA SILVA, Cláudia Rose Ribeiro. **Complexo da Maré**. **WikiFavelas,** Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Complexo_da_Mar%C3%A9#:~:text=Surgiu%20atrav%C3%A9s%20de%20uma%20s%C3%A9rie,transmiss%C3%A3o%20da%20R%C3%A1dio%20Roquette%2DPinto. Acesso em: 26 de setembro de 2023.

DE SOUZA, Rafael Nascimento. **Corpo de barraqueiro morto em operação policial na Maré é enterrado nesta quarta-feira. Extra**, Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2022. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/corpo-de-barraqueiro-morto-em-operacao-policial-na-mare-enterrado-nesta-quarta-feira-25579926.html. Acesso em 2 de outubro de 2023.

DE SOUZA, Rafael Nascimento. **Família de barraqueiro morto em operação na Maré nega ligação com o tráfico; PM diz que homem trocava tiros com militares. Extra,** Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2022. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/familia-de-barraqueiro-morto-em-operacao-na-mare-nega-ligacao-com-trafico-pm-diz-que-homem-trocava-tiros-com-militares-25579245.html. Acesso em 2 de outubro de 2023.

REDES DA MARÉ. **Direito à Segurança Pública na Maré 2022**. Rio de Janeiro, Redes da Maré, 2023. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RdM_Boletim_direito_SegPubli23.pdf. Acesso em: 26 de setembro de 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5. Acesso em: 26 de setembro de 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em:10 de outubro de 2023.

FREITAS, Carolina. GRINBERG, Felipe. **Operação na Zona Norte do Rio deixa pelo menos sete mortos; até o momento 26 pessoas foram presas. Extra,** Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2022. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/operacao-na-zona-norte-do-rio-deixa-pelo-menos-sete-mortos-ate-momento-26-pessoas-foram-presas-25578310.html. Acesso em 2 de outubro de 2023.

LEMGRUBER, Julita et al. **Saúde na linha de tiro: impactos da guerra às drogas sobre a saúde no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: CESeC, 2023.

LEMGRUBER, Julita. **Favelas na mira do tiro [livro eletrônico]: impactos da guerra às drogas na economia dos territórios** / Julita Lemgruber. – Rio de Janeiro : CESeC, 2023.

MAGALHÃES, Alexandre. **A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 36, n. 106 (2021), p. 8, https://doi.org/10.1590/3610600/2021.

MAIS de 1.000 mortos em chacinas policiais no Grande Rio. Fogo Cruzado, 2022. Disponível em: https://fogocruzado.org.br/mil-mortos-chacinas-policiais-grande-rio. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

MARTINS, Zilda. **Cotas Raciais e o Discurso da Mídia: um estudo sobre a construção do dissenso.** Curitiba: Appris, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo.** Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Editora Lúmen Juris, 2006. 234 p.

MISSE, Michel. **Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação.** *In:* MISSE, Michel (org.). Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Editora Revan; Faperj, 2008.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido".** Revista Lua Nova, São Paulo, n. 79, p 15-38, 2010.

PEREIRA, Fernando. **Afinal, o que é jornalismo?** Observatório da Imprensa, 6 de novembro de 2012. Disponível em: https://www.observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed719-afinal-o-que-e-jornalismo/. Acesso em 10 de outubro de 2023.

PEREIRA, Pedro Barreto. **Notícias da pacificação: outro olhar possível sobre uma realidade em conflito**. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2020.

Perfil Racial da Imprensa Brasileira. Portal dos Jornalistas, 2021. Disponível em: https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimprensabrasileira.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2023.

PIRES, Jessica. **Violações de direitos marcam operação na Maré nesta segunda.** Maré de Notícias Online, Redação, 26 de setembro de 2022. Disponível em:

https://mareonline.com.br/violacoes-de-direitos-marca-operacao-na-mare-nesta-segunda/. Acesso em 2 de outubro de 2023.

POPULAÇÃO cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021. Agência IBGE Notícias, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021. Acesso em 10 de outubro de 2023.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: o desafio brasileiro na cobertura sobre violência, criminalidade e segurança pública.** Cadernos Adenauer, v. IX, n. 4, 2008, pp. 29-41.

RIBEIRO, Ana Paula; BRASILIENSE, Danielle Ramos. **A matança dos inocentes: questões de memória e narrativa jornalística.** UNIrevista, v. 1 n. 3, p. 1-12, 2003.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A Guarda Negra: a Capoeira no Palco da Política.** Textos do Brasil, n 14, 2008.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional.** Rio de janeiro: Editora Vozes, 2023.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo.** Florianópolis, Insular, 2005.